

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

08 a 14 de novembro de 1992. nº 63

ANGOLA: as negociações não conseguem avançar.

A retomada das hostilidades acarretou numa radicalização de ambos os lados. A UNITA perdeu grande parte de seu primeiro escalão, que vinha exercendo cargos na direção do Partido e nas negociações visando ao segundo turno das eleições. Estes dirigentes, apesar das primeiras exigências descabidas apresentadas, formavam a primeira "turma" de membros da UNITA a tentarem ambientar-se à vida democrática, assim como seus interlocutores no governo. A morte de muitos desses dirigentes da UNITA cria um vazio no interior do Partido que certamente será preenchido por quadros ainda pertencentes a uma forma de organização marcadamente militar e hierarquizada. Essa nova "turma", que servirá de base para uma possível retomada das negociações, terá grande dificuldade em aprender as artimanhas do jogo político, devido à precipitação de suas funções.

No MPLA, por sua vez, os chamados "moderados", que buscavam a saída da crise pós-eleitoral através das negociações, tendem a enfraquecer-se, pois o ressurgimento dos conflitos está sendo usado pela "linha dura do Partido" como prova de que a UNITA não respeitará uma solução negociada. Na verdade, o conflito armado acarreta na valorização dos quadros militares nas duas organizações.

Por outro lado, a crise angolana não pode deixar de ser enfocada no contexto da África Austral, que atravessa um momento importante de pacificação e democratização. O processo angolano assume neste determinado contexto a forma de um exemplo, principalmente em relação a Moçambique e à África do Sul, capaz de desencadear a desejada regularização da situação política desta parte do continente. Ainda sob esta perspectiva, é importante frisarmos que a África do Sul, enquanto potência regional na África Austral que passa por dificuldades no desenrolar de sua crise interna, não vê com agrado a resolução rápida dos conflitos na região, bem como a fórmula que vem sendo utilizada (eleições gerais) na busca de paz.

O desfecho das crises em Angola e Moçambique de forma democrática não só atrairia sobre a África do Sul as atenções internacionais de forma mais concentrada, mas

NESTA EDIÇÃO:

Chivukuvuku relata sua
odisséia
p.08

Simbabwe mantém soldados em
Moçambique até fevereiro
p.12

Crise na Comunicação Social
Estatual em Cabo Verde
p.12

Estados Unidos pedem reinício
do diálogo na África do Sul
p.12

também forçaria o governo de Pretória a abandonar a idéia de uma "solução africana", que segundo o ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Pik Botha, ocorreria em decorrência da impossibilidade de implementação da democracia, nos moldes ocidentais, na África.

Neste momento em Angola está em jogo todo este processo de pacificação e democratização da África Austral, que vem sendo construído desde a batalha de Cuito Cuanavale, quando a África do Sul pela primeira vez tomou consciência de que seu poderio militar não conseguiria mais obter através da intimidação uma supremacia nos assuntos internos das demais Nações da região. A partir daquele momento tornou-se inevitável o processo de negociação. É sobre esta perspectiva que devemos entender a independência da Namíbia e seu processo eleitoral, bem como a queda do apartheid, ainda que neste caso os fatores internos tenham exercido um papel fundamental.

As negociações que levaram aos acordos de Bicesse in- serem-se neste panorama global da região, além, é

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

claro, da descompressão proporcionada pelo fim da guerra fria. No entanto, o atraso no processo de negociação interno da África do Sul acabou por criar um descompasso em relação às demais Nações que avançavam na tentativa de encontrar soluções para seus problemas. Somente a partir do entendimento desse processo na região é que poderemos compreender a posição do governo sul-africano de buscar a tal "solução africana".

Seguindo esta linha de raciocínio, a resolução da crise angolana só será possível a partir de uma intensa mobilização da Comunidade Internacional que procure pressionar os atores envolvidos a respeitarem os acordos assinados em maio de 91, o que retomaria a linha inicialmente traçada para a solução dos vários conflitos na região. (p.01 a 11) MB

EXPRESSION, SÁBADO 7 DE NOVEMBRO DE 1992

A 'limpeza étnica' em África

Wole Soyinka*

DURANTE os seus 20 anos de história, a brutal guerra civil do Sudão teve episódios de atrocidade, que muitos classificam de genocídio e actos de «limpeza», tanto por razões de natureza religiosa como étnica. Contudo, seria bem revelador contabilizar as horas em que foi dispensada alguma atenção, pela ONU ou pelo Conselho de Segurança, a esta região de conflito desumano.

A resposta habitual é que este assunto pertence em primeiro lugar à Organização de Unidade Africana, o que seria historicamente justificado se não vissemos a ONU assumir responsabilidades noutras zonas de conflito como o Médio-Oriente e, de forma bem visível, no actual conflito da Jugoslávia.

Claro que concordamos que a humanidade é uma só e que o sofrimento humano não deve ser avaliado por um qualquer conjunto de critérios abstractos. A este respeito, a recente censura do secretário-geral Butros-Butros Ghali à atitude da Europa Ocidental por ignorar virtualmente o horror que se verifica na Somália não é nem uma tentativa de passar por cima da verdadeira agonia da Jugoslávia nem um pretexto para se rever o actual sistema de prioridades.

O que o secretário-geral claramente rejeita, tal como muitos de nós no Terceiro Mundo, é que exista um duplo critério de preocupação e consciência, que parece funcionar sinceramente no mundo europeu rico, mas apenas a nível simbólico em África e noutros lugares — ou que só desperta quando um avião é abatido ou um trabalhador das equipas de auxílio humanitário é morto ou sequestrado num «conflito remoto». Só então os meios de comunicação social europeus, conservadores e etnocêntricos, recordam o país envolvido para lamentar que nem sequer as organizações neutras ou amigas tenham qualquer tipo de imunidade.

A denúncia feita por Butros Ghali vem chamar a atenção de todos nós para o facto do mundo ter mudado substancialmente nos últimos cinco anos e para a necessidade de nos adaptarmos às consequências disso. A atitude arrogante da Europa face aos graves conflitos africanos, que eram antes classificados de «sujeitas e obscuras lutas tribais», volta-se agora contra os europeus, divididos também por conflitos tribais.

Redefinir fronteiras

As lutas tribais de África têm atrás de si uma longa história que as explica. Actualmen-

te, os países europeus, especialmente nos Balcãs e na ex-URSS, estão a confrontar-se com o legado violento das suas próprias histórias. (Já agora, porque será que os povos envolvidos na tragédia jugoslava são referidos como sérvios, croatas e «muçulmanos»? Será uma forma de rodear o vocabulário tribal, substituindo-o por um agrupamento religioso, visto que continua a ser difícil para os «media» europeus aceitar a realidade tribal da Europa?).

Em consequência, a nível individual muitas destas nações em processo de desintegração estão a rever a sua atitude para com os povos que a Europa antes colonizou. Mas colectivamente, isto é, na ONU, esse processo de revisão parece levar mais tempo a iniciar-se.

No ano passado, o aniversário de um acontecimento-chave da guerra civil da Nigéria levou-me a reflectir sobre as relações entre os povos, as culturas e os estados que ficaram a dominar o mundo pós-«guerra fria».

Em África, haverá ainda algumas formas de escravatura que nós tentamos diligentemente preservar? Será que não continuamos escravos de realidades absolutas (como as fronteiras definidas pelas potências coloniais) que nada têm a ver com histórias, culturas e realidades contemporâneas?

Ao pôr-se em causa as fronteiras coloniais em Cabo Verde, Sudão, Etiópia, Somália, Marrocos, Ruanda-Burundi, somos levados a tecer algumas considerações desapaixonadas sobre a ideia de secessão, que foi emotivamente designada como sendo uma tendência negativa de desintegração nacional.

O acto de redefinir fronteiras levanta em qualquer parte graves interrogações sobre a existência de entidades nacionais. Mas que entidades são essas? E sobretudo, qual é a sua história? São eternas? Imutáveis?

Os acontecimentos que hoje têm lugar na Europa de Leste levam-nos à conclusão válida de que biliões de pessoas foram forçadas a viver uma existência artificial, imposta, por vezes nunca aceite.

Dar voz aos interessados

No último ano, a resposta americana e europeia ao conflito na ex-Jugoslávia foi o reconhecimento da Croácia e da Eslovénia, como alternativa a

um maior derramamento de sangue.

Nesta mesma ordem de ideias, porque não foi escolhida uma solução realista semelhante para a Somália, por exemplo?

Na sua denúncia, Butros Ghali expressou uma preocupação há muito sentida perante a lógica e as atitudes eurocéntricas em relação aos problemas mundiais.

O nosso mundo em mudança exige que esta questão seja agora abordada de forma sistematizada. Aparentemente, pouco se pode conseguir com os «media» ocidentais, a não ser com uma reeducação paciente. Todavia, podemos dirigir-nos directamente aos organismos internacionais.

Porque não começar por democratizar o Conselho de Segurança da ONU? Se as grandes e pequenas potências da Europa e da América forem sinceras quando falam de uma nova ordem mundial, têm de começar a construí-la com as estruturas que têm por missão manter a união neste mundo. Porque não discutir o privilégio escandaloso e antidemocrático de «veto», exercido por qualquer membro permanente do Conselho de Segurança?

Devemos encorajar a ideia de que a actuação da ONU não deve ser determinada pelos poucos países com poder de virar o polegar para o chão. Porque não dar voz real a todos aqueles cujo destino está em jogo nessa ordem agora em construção?

Se os problemas que afectam regiões como a África forem discutidos numa base semelhante aos da Europa, deve-se reconhecer que os lugares dos membros permanentes são um anacronismo, sem qualquer sintonia com a realidade nem com qualquer reestruturação progressiva das relações internacionais.

Haverá de facto outra forma de garantir que a atenção e a acção do mundo inteiro, tão sujeitas aos caprichos de cobertura dos «media», não venham simplesmente a esquecer os milhões de somalis cujas vidas continuam a ser ceifadas pela fome? Haverá outra forma de fazer o mundo compreender que a «limpeza» étnica ou religiosa em África é um crime tão grave contra a humanidade como o que é cometido no coração da Europa?

**Prémio Nobel de Literatura em 1986
Exclusivo EXPRESSO/Los Angeles Times Syndicate
(Tradução de Aida Macedo)*

Comentário

José Eduardo Agualusa

Na boca do lobo

EM MENOS de três dias a UNITA viu desaparecer na boca do lobo os seus mais importantes quadros políticos e militares. Confirmada está a morte de Salupeto Pena, sobrinho de Savimbi e seu herdeiro natural na tradição bantu, e de Jeremias Chitunda, engenheiro formado nas universidades americanas e um dos raros intelectuais de que a UNITA dispunha. Ben-Ben, herói mítico da guerrilha, terá escapado por um triz, mas é improvável que consiga sobreviver por muito tempo. A excepção de Fátima Roque, que ontem à noite ainda se encontrava no Hotel Tivoli, o escasso nú-

cleo pensante do movimento tem um destino incerto: Carlos Morgado, ferido, Vitorino Hossi, Norberto de Castro e Jaka Jamba, presos, desaparecidos ou "sob protecção governamental".

Como foi possível que isto acontecesse? Como é que a UNITA se atreveu a desencadear uma série de acções armadas no Huambo e noutras regiões de Angola tendo em Luanda o seu "príncipe herdeiro", o essencial da sua estrutura política e muitos dos seus mais notáveis heróis e estratégias militares?

Se a intenção de Savimbi era enfrentar o regime com um levantamento armado, quer para tomar o poder em Luanda, quer com o objectivo de balcanizar o país, quer simplesmente como forma de pressão, então porque não se protegeu? Mesmo mantendo os seus militantes em Luanda, o mínimo bom senso aconselhava a abrigá-los nos vastos, intrincados e super-povoa-

dos musseques ovimbundas, como por exemplo no Quicolo.

É bom não esquecer que existem em Luanda meio milhão de refugiados do Sul e a esmagadora maioria apoia a UNITA. É ninguém ignora, começando pelos militares portugueses na época colonial até aos homens de Holden Roberto, em 1975, que um musseque hostil é um labirinto onde é difícil um estrangeiro entrar e muito mais difícil sair. Vivo.

Quem tiver a resposta para esta estranha atitude da UNITA está na posse do entendimento global de Angola. É possível, no entanto, arriscar várias hipóteses:

— O MPLA terá comandado desde o início um subtil processo de enervamento e descontrolo da UNITA, começando com o "jogo dos números" na revelação dos resultados eleitorais. Jonas Savimbi caiu na armadilha e lançou-se numa série de actos de loucura que depois os meios de comunicação

social, controlados pelo Governo, ampliaram e coloriram.

— Os dirigentes da UNITA subestimaram a capacidade de reacção do MPLA, convictos de que, fragilizado por anos de guerra e má administração e sem grandes apoios internacionais, o regime não conseguiria resistir a uma ofensiva em larga escala.

— Jonas Savimbi, líder messiânico de um movimento nacionalista ovimbundu, com uma organização e lógica interna mais próxima de uma seita religiosa fundamentalista do que de um partido político ocidental, optou pelo suicídio e atirou o seu povo para a fogueira.

Talvez todas estas hipóteses sejam correctas. E embora possa parecer excessivamente fantasiosa para a maior parte dos leitores europeus, talvez a última seja a mais correcta. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 3 NOVEMBRO 1992

Editorial

Vicente Jorge Silva

Regresso à barbárie

A BARBÁRIE regressou a Angola. Os aparelhos políticos do MPLA e da UNITA estão a destruir implacavelmente o capital de esperança criado pela votação maciça nas eleições de Setembro. Ao desejo tão expressivamente manifestado pelo povo em acabar com a guerra e iniciar uma vida pacífica e normal, os dirigentes das duas principais forças políticas do país responderam com uma demonstração de selvajaria e imaturidade que poderá enterrar, em definitivo, as expectati-

vas suscitadas pelo acordo de Bicesse.

Foi a UNITA quem começou por mostrar não estar preparada para aceitar o resultado das eleições. Apesar das garantias dadas pelos observadores internacionais sobre a lisura do processo eleitoral, os acontecimentos vieram demonstrar que a organização de Jonas Savimbi não se encontrava mentalizada para admitir a hipótese de perder as eleições. Além disso, a tradicional impopularidade do MPLA fizera crer aos dirigentes da UNITA que o resultado da ida às urnas só se poderia traduzir pela sua conquista do poder. Os aliados exteriores de Savimbi falharam aí uma função essencial de pedagogia democrática, preparando o líder do movimento para as incógnitas e surpresas que fazem parte da própria lógica das consultas eleitorais em democracia.

Mas, se foi a UNITA que ateou o fogo pós-eleitoral e lançou a ameaça de regresso à guerra, o MPLA, depois de uma notável prova de contenção nos primeiros dias, acabaria por deixar-se arrastar para a vertigem. Os últimos acontecimentos registados em Luanda, em que é patente a responsabilidade do partido no poder, evocam os piores momentos de perseguição e ajustes de contas vividos por Angola depois da independência.

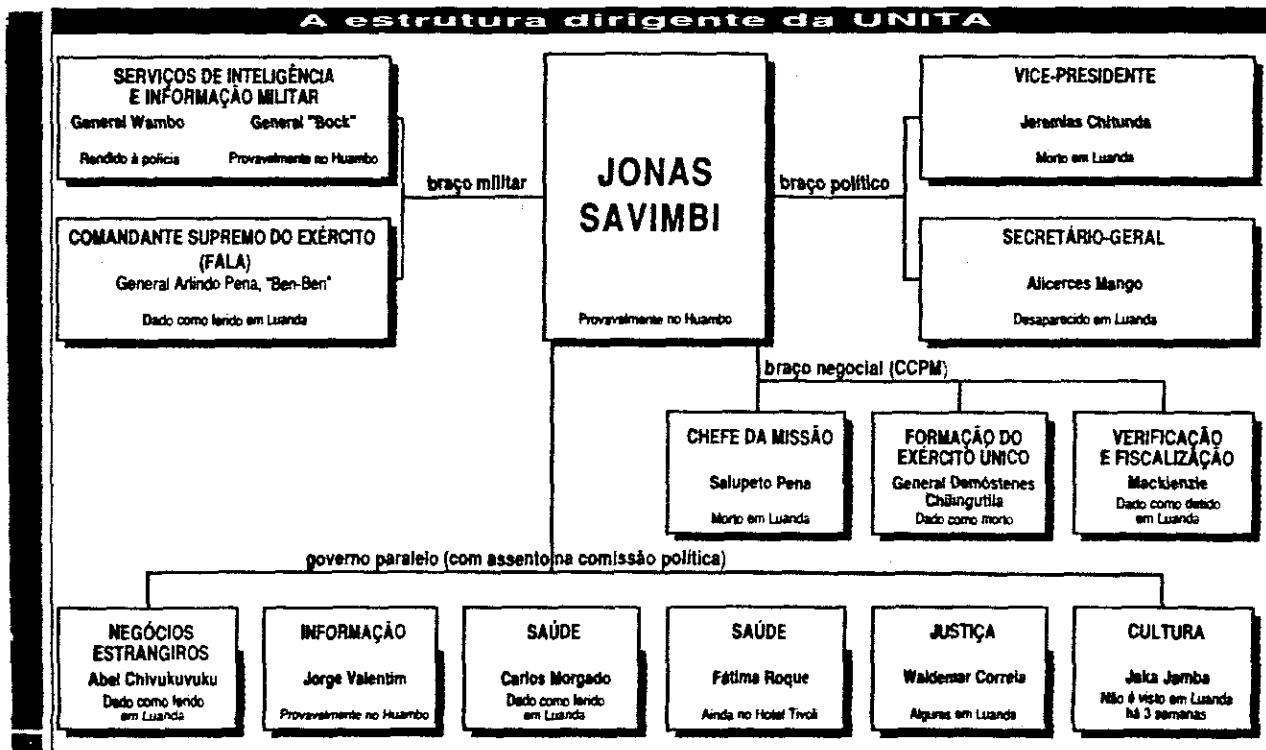
Os assassinatos políticos voltaram à ordem do dia, atingindo alguns dos principais quadros dirigentes da UNITA. O delírio estalinista e tribalista impôs-se de novo, marginalizando as vozes do bom senso e da moderação. A partir de agora é de recear não só o regresso à guerra civil e à sua generalização a todo o território, o que não chegara a acontecer durante a fase anterior de conflito armado entre os

dois movimentos. Extremados os ânimos e os campos, parece inevitável que o terreno fique entregue aos "falcões" de ambos os lados. Aqueles que, no fundo, nunca aceitaram de boa fé os compromissos de entendimento e convivência pacífica entre os dois movimentos e a sua transformação de inimigos de guerra em adversários políticos de um duelo democrático.

A comunidade internacional — que apoiou o processo de pacificação e democratização angolano — já conhece os custos trágicos da indiferença a que votou a ex-Iugoslávia. Angola é um daqueles casos exemplares em que o direito de ingerência por dever de civilização se impõe com toda a urgência. Até porque, se não for contida a tempo, a tragédia angolana poderá estender-se, de modo irreparável, a toda a África austral. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 3 NOVEMBRO 1992

A estrutura dirigente da UNITA



Irregularidades muitas, fraude generalizada não

Savimbi rejeitou os resultados eleitorais de 29 e 30 de Setembro, alegando a existência de uma "fraude generalizada". A UNITA acusa o Governo do MPLA de a ter organizado e a representante da ONU de lhe dar cobertura, ao declarar as eleições "livres e justas". O PÚBLICO pediu a um grupo de técnicos que estudasse 15 relatórios, elaborados pela Comissão de Verificação do Processo Eleitoral, entre os dias 11 e 13 de Outubro passado. Eis as conclusões.

DOIS DOS 15 relatórios agora apresentados tomam uma posição claramente desfavorável ao processo eleitoral nas respectivas províncias. No Bengo, a comissão, ao comparar as actas e outros documentos elaborados pelas mesas de voto, concluiu que estes "indiciam e apresentam substanciais irregularidades (...), comprometendo e colocando em causa, por este facto, os resultados definitivos obtidos no escrutínio". No Kuanza Norte, verifica a existência de "erros de conta em todas as actas"; refere "diferenças abismais entre as actas operativas e as actas-síntese", dois documentos que deveriam ser iguais; menciona "diferenças entre o número de votantes e o número de boletins de voto", entre outras coisas semelhantes.

A estes relatórios, de onde seria possível ter transcrita outras afirmações semelhantes, contrapõem-se outros treze, oscilando estes entre um juízo claramente favorável (como o de Benguela: "Não houve irregularidades") e a ausência de uma apreciação global, quedando-se por uma neutra enumeração de irregularidades, que, por si só, parecem ter pouca ou nenhuma influência sobre o resultado eleitoral.

Esta é uma primeira leitura possível e legítima dos relatórios apresentados: é a síntese das opiniões assumidas — consensualmente, na maioria dos casos — pelos membros das comissões de inquérito que assinam os documentos em nome da UNITA, do MPLA (através das estruturas eleitorais) e das Nações Unidas. Mas esta leitura seria grave porque juízos destes sobre estas duas províncias (que representam cerca de 5% do eleitorado) comprometeriam a "justeza" do processo. Tan-

to mais que a elas se haveria de juntar a verdadeira avalanche de pequenas irregularidades que, um pouco por todo o país, as diferentes comissões assinalaram.

O quadro tornar-se-ia ainda mais negro se se considerar que o inquérito se realizou em precárias condições e num prazo insuficiente. E as irregularidades detectadas aumentariam se se procedesse à recontagem dos votos, expressos e não expressos.

Contudo, se abandonarmos os juízos dos relatores e nos concentrarmos nos factos apresentados, as conclusões a que se chega são bem mais complexas. Para situar este segundo tipo de questões levantadas pelo relatório, convém lembrar que, normalmente, o resultado das eleições não é conhecido dos eleitores, isto é: chamamos resultados eleitorais aos resultados (provisórios) apurados na própria noite ou no dia seguinte às eleições e não ligamos sequer aos resultados definitivos, que são apurados posteriormente (ou muito mais tarde, como acontece em Portugal).

O sentido político e os números

Por outro lado, ao contrário do que agora acontece para Angola, nunca nos é apresentada uma lista dos (imensos) erros ou desvios ou irregularidades cometidos na noite das eleições. Conhecemos algumas das irregularidades mais gravosas — Vizela ou D. Maria poderiam ser exemplos de irregularidades deste tipo. Mas, de resto, agimos como se acreditássemos que, na noite das eleições, não houvesse erros nas dezenas de milhares de somas que são feitas à mão, trocas entre os milhões de algarismos que, sob grande tensão, são manipulados em poucas horas, como se os sistemas informáticos, que, todos os dias, têm falhas, as não tivessem, etc. E a nossa atitude justifica-se porque o sentido político do voto dos eleitores não é afectado por esta avalanche de pequenos erros, que, aliás, se anulam em boa medida.

Tendo em conta a taxa de analfabetismo angolana e o facto de se tratar de primeiras eleições, era de esperar que os inquéritos revelassem abundantes exem-

plos destas deficiências: erros aritméticos, problemas na utilização dos códigos das mesas, indevido preenchimento de actas, problemas na circulação de documentos. Em número — e o número nestas questões é um indicador muito limitado —, mais de 90 por cento do extenso documento agora apresentado é dedicado a questões que parecem caber nesta categoria. São irregularidades que não afectam politicamente o resultado. Imensos erros nos totais, imensos erros no tratamento (que não na contagem) dos nulos e brancos, a quem beneficiam ou prejudicam?

O relatório do Bengo

Se, por exemplo, analisarmos em pormenor um dos relatórios mais desfavoráveis — o da província do Bengo, que, como se referiu acima, contém juízos claramente desfavoráveis ao processo — encontramos o seguinte:

— Um caso grave, em que são enviadas para Luanda duas mensagens com dados iguais, assinadas pela mesma pessoa como se tratasse de duas mesas de voto; ao longo do relatório, e para todo o país, encontra-se mais meia dúzia de casos semelhantes.

— Dois municípios onde, ao contrário do que estipula a lei, no final da contagem, as mesas não autorizaram a UNITA a levar as respectivas actas-síntese (em Angola, cada partido tinha direito a obter das mesas uma folha assinada contendo o resumo dos resultados). Quais são as implicações práticas deste impedimento? O trabalho de conferência posterior fica dificultado, se bem que permaneçam os mecanismos de controlo: a UNITA teve acesso à contagem e existirá registo oficial de resultados assinado pelo seu representante. No relatório, encontram-se largas dezenas de afirmações semelhantes.

— Três actas assinadas apenas pelas autoridades eleitorais. O relatório não dá qualquer indicação sobre a correcção ou não das mesmas. Casos destes aparecem também com frequência ao longo dos relatórios.

— Um erro de cópia de resultados entre documentos. O erro não é especificado.

— Uma acta onde aparecem apenas os resultados

dos três candidatos mais importantes.

Diz ainda o citado relatório que, ao analisar um conjunto de 54 actas, "as mesmas apresentaram substanciais irregularidades", mantendo-se neste tom durante algumas frases, sem apresentar qualquer indicação concreta. Com excepção do juízo citado no parágrafo anterior, este é o tom geral dos relatórios agora tornados públicos.

O relatório do Bengo continua e, na parte que se segue, aproxima-se da generalidade dos restantes. Relata então algumas situações de natureza completamente diferente das referidas até aqui e que, ocupando um espaço diminuto no conjunto dos documentos, nos parecem bem mais sérias.

São múltiplas acusações a comportamentos incorrectos e ilegais, dentro das assembleias de voto ou nas suas imediações, por parte da polícia, do exército antimotim ou de elementos das mesas (na generalidade, do MPLA). Das 15 províncias de que temos elementos, três terão tido vários casos destes.

98 mesas em 5900

São acusações às estruturas eleitorais por não terem informado devidamente os partidos do funcionamento das mesas constituídas à última hora. Tudo indica que, em Angola, a escolha do local das mesas foi muito atribulado e que perigosamente se estendeu até quase ao último minuto. Se, por um lado, também aqui se compreende que eleições preparadas em tão pouco tempo, num país que três meses antes tinha apenas uma vaga ideia do que seria a sua população eleitoral, e sem divisão administrativa válida, se teriam inevitavelmente que colocar situações destas, também é verdade que esta desorganização impediu a UNITA de fiscalizar essas mesas, como era seu dever e direito. Nos documentos divulgados, 98 mesas são apontadas como tendo sido criadas nestas condições (num total de cerca de 5900 mesas em todo o território angolano).

Em conclusão, as irregularidades e a desorganização abundaram. O conjunto de dados agora revelados não permite, contudo, falar em fraude generalizada. ■

Savimbi pede 'período de reflexão'

Gustavo Costa
Correspondente
em LUANDA

O LÍDER da UNITA, Jonas Savimbi, pediu ao Governo angolano um período de reflexão, «para recuperar física e psicologicamente do desastre» que vitimou parte da direcção da sua organização, antes de se encontrar com o Presidente José Eduardo dos Santos, disse uma fonte da presidência em Luanda.

Savimbi terá manifestado receio de se deslocar a Luanda, embora a mesma fonte tenha garantido ao EXPRESSO que estão asseguradas todas as garantias para o encontro: «O que falta é a outra parte, porque não sabemos neste momento com quem dialogar».

**MPLA dá garantias
e ONU faz segurança**

[Para o encontro entre os líderes, que ainda não está marcado mas deverá realizar em território angolano, a ONU vai enviar para Angola um destacamento de «capacetes azuis» que se encarregará de assegurar a segurança, revelou ao EXPRESSO uma fonte diplomática em Lisboa. Segundo a mesma fonte, o MPLA terá dado efectivamente garantias de que não perseguirá, durante esse período, qualquer membro da UNITA. Mais ainda: se a organização de Jonas Savimbi aceitar, definitivamente, o resultado das eleições, poderá vir a participar no futuro Governo.

[Por seu lado, Savimbi disse — numa conversa telefónica de mais de uma hora que manteve, na quinta-feira, com Durão Barroso — que não aceita ver-se mas que quer a paz e esta pronto a discutir, acrescentando que Angola será «ingovernável» sem a UNITA. O líder rebelde revelou, por outro lado, que está a tentar reconstituir a sua equipa política, aniquilada pelo MPLA em Luanda no passado fim de semana, e que não estão autorizadas declarações em nome da UNITA no exterior.]

Entretanto, em Luanda, à hora de fecho desta edição, admitia-se que o cessar-fogo entre o Governo e a UNITA em Caxito poderia entrar em vigor

às zero horas de hoje, depois de um segundo contacto telefónico entre os generais Makenzie e Zacarias da UNITA — actualmente sob custódia do Governo — e oficiais das FALA que controlam a zona.

Em Nova Iorque, a representação angolana junto da Organização dos Estados Americanos fez entretanto chegar, ainda ontem, à Administração norte-americana uma carta do Presidente Eduardo dos Santos solicitando a intervenção de George Bush e do Presidente eleito, Bill Clinton, para persuadir Savimbi a «comportar-se como um democrata e a respeitar os acordos do Estoril».

[Em Portugal, o Governo tem feito nos últimos dias numerosas pressões junto das autoridades de Luanda no sentido de ser garantido o respeito pelos direitos humanos, enquanto os sectores mais radicais do MPLA têm criticado Lisboa pelo apoio à economista e dirigente da UNITA Fátima Roque, que continua sem poder sair do hotel onde se encontra].

**Captura de documentos
dificulta entendimento?**

A alegada captura, avançada por algumas fontes ligadas ao Governo de Luanda, de documentos confidenciais no secretariado da UNITA, no bairro de S. Paulo, e na residência de Savimbi, em Miramar, poderá vir a desencorajar entendimentos que se desenham como inevitáveis no seio da ala dura do regime.

Fontes fidedignas em Luanda garantem que os serviços de contra-informação do regime poderão estar na posse de documentação secreta que traçaria o pensamento filosófico e estrutural da UNITA e que delinearia uma estratégia militar para tomar Luanda de assalto. Os referidos documentos aludiriam à existência de «um plano meticulosamente preparado», dividido em duas fases, que inicialmente visaria alguns altos dirigentes e responsáveis da «nomenklatura» do regime e, depois, «opor os angolanos genuínos aos crioulos».

Segundo as mesmas fontes, não é de excluir o envolvimento de agentes dos serviços da contra-informação sul-africana na crise, face aos rumores que ontem davam como provável a detenção de um agente de Pretória alojado no «Mediterranean Sea», um navio-hotel grego acostado na baía de Luanda — e que alegadamente mantinha contactos com os serviços de informação da UNITA.

O alegado apoio à UNITA de alguns países árabes, nomeadamente de Marrocos, como contrapeso à aproximação do regime do MPLA a Israel, poderá não estar entretanto, segundo meios diplomáticos em Luanda, a preocupar as autoridades, que se preparam para apresentar uma «factura» de 400 milhões de dólares à UNITA, resultante do saque da produção de diamantes, durante alguns anos, nas zonas diamantíferas do Nordeste de Angola.

Encontro crucial hoje?

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE NOVEMBRO DE 1992

Gustavo Costa
correspondente
em LUANDA

O PRESIDENTE Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, poderão efectuar hoje o primeiro contacto telefónico qualificado como «crucial e inadiável», para encontrarem um mecanismo que conduza ao estabelecimento de um cessar-fogo «imediato e generalizado» em Angola.

A eventualidade de uma deslocação de Jonas Savimbi à capital é, no entanto, vista como pouco provável, dados os acontecimentos do último fim de semana, que representaram para a sua organização «um descalabro histórico irreparável».

O general França N'Dalu, Chefe do Estado-Maior das FAA, ao manter quarta-feira o primeiro contacto com o presidente da UNITA, parece ter recebido garantias deste de que aceitaria o aumento do número de observadores internacionais para um controlo mais eficiente do cessar das hostilidades.

A gravidade da situação trouxe a Luanda Marrak Goulding, adjunto do Secretário das Nações Unidas, que analisará com os observadores as vias para ultrapassar a crise, com o reforço da presença da ONU. O primeiro-ministro, França Van Dunen, na sua deslocação aos EUA, reafirmaria a solicitação de prorrogação do mandato da UNAVEM II, descartando embora o pedido de envio de capacetes azuis.

A situação de tensão na localidade do Caxito, ocupada desde terça-feira pelas forças da UNITA, poderá conhecer o primeiro sinal de desanuviamento com a realização — prevista para depois da hora de fecho deste caderno — de um encontro entre o General Numa, que comanda as tropas de Jonas Savimbi na região, e uma alta patente das FAA. Este encontro, sob mediação da UNAVEM II, deveria realizar-se com o propósito de «impedir uma investida em massa das tropas do Governo e resolver o conflito pela via negocial».

Fontes contactadas pelo EXPRESSO referiram que iriam ser constituídos dois grupos de trabalho para sanear definitivamente a situação, mas o regresso às zonas de acantonamento das tropas da UNITA é «uma condição chave» para o Governo. De resto, Luanda deverá impor a desmobilização completa das FALA e o seu controlo pelos observadores, assim como a formação integral das FAA como pré-requisitos para a realização da segunda volta das eleições.

«Não estando a UNITA em condições de rejeitar agora muitas das propostas do Governo, que dificilmente também fará grandes concessões, não vejo como a segunda volta das eleições possa realizar-se antes dos próximos seis meses», disse um elemento da CCPM.

Fontes diplomáticas continuam, entretanto, a manifestar muitas reservas em relação à contenção dos conflitos armados que se generalizam um pouco por toda a parte. O «compasso de espera» que terá sido pedido por Savimbi tanto poderá ser interpretado como uma tentativa para nomear uma nova equipa negociadora, como para «ganhar tempo e ampliar a frente militar».

Esta é, porém, uma hipótese que os analistas se recusam a caucionar depois de Jonas Savimbi, bastante «perturbado e ainda não refeito», ter assegurado em contacto telefónico com o MNE da África do Sul, Pik Botha, «a sua rejeição a qualquer tentativa de retorno à guerra» e a sua disponibilidade «em reatar o diálogo». Botha deverá chegar nos próximos dias à capital angolana para tentar igualmente relançar o processo de paz.

As autoridades de Luanda continuam a ver sob reserva o envolvimento de Pretória neste processo, depois da denúncia feita ontem por um dos líderes da oposição, Alberto Neto, do Partido Democrático Angolano, sobre um alegado incitamento militar feito a Jonas Savimbi por Pik Botha. Na opinião daquele dirigente, o diplomata sul-africano teria encorajado o líder da UNITA a prosseguir as suas acções militares com vista à tomada de Cabinda e da capital do país, de forma a impôr uma posição de força nas conversações entre as partes, o que fontes sul-africanas desmentiram ao EXPRESSO.

A gravidade dos acontecimentos que enlutaram o país levou já o líder da FNLA, Holden Roberto, a pronunciar-se a favor da realização de um amplo debate nacional com vista a «resolver pela via negocial e pacífica» o actual conflito, ao mesmo tempo que deplorou a vingança e as perseguições que têm emsombreado nos últimos dias o respeito pelos direitos humanos em Angola.

Anália de Vitória Pereira, presidente do PLD, Partido Liberal Democrático, também convidou o Presidente José Eduardo dos Santos a convocar uma reunião multipartidária para debater a crise, numa altura em que o MPLA se prepara para iniciar consultas para a

formação de um novo Governo e para pôr em funcionamento o futuro Parlamento. Sectores moderados do partido do poder continuam a sustentar a necessidade de formação de um Governo de unidade nacional, reconhecendo o papel fundamental que a organização de Jonas Savimbi representa para o futuro deste país. «Ignorar a UNITA representaria lançar por terra os fundamentos da democracia multipartidária consagrados na realização das eleições», dizem.

Comentário

José Eduardo Agualusa

PÚBLICO

QUINTA-FEIRA, 5 NOVEMBRO 1992

MPLA “renamiza” a UNITA

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE NOVEMBRO DE 1992
5 milhões de contos

Unita rouba diamantes

FORÇAS da UNITA, que ocuparam alguns dos centros diamantíferos da província de Lunda-Norte, apoderaram-se de pedras preciosas num valor calculado em 34 milhões de dólares — cerca de cinco milhões de contos ao câmbio em vigor em Portugal. Esta informação foi transmitida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros português através de um telegrama em cifra, proveniente de Luanda.

Já na semana passada o EXPRESSO noticiara a ocupação, pelas forças militares do movimento de Jonas Savimbi, dos centros de Cafunfo, Lurema e Lusamba. Sabe-se, agora, que a UNITA se apoderou da produção diamantífera de um mês.

Destruir instalações e equipamentos

Observadores consideram que a venda dos diamantes proporcionará à UNITA uma verba suficiente para assegurar a sua sobrevivência durante os próximos tempos. Além disso, é natural que o partido de Savimbi procure canalizar parte do dinheiro para o reabastecimento de armas e munições. Segundo o EXPRESSO apurou, a FLEC — Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda — teria feito recentemente uma encomenda de armamento, no valor de três milhões de dólares (mais de 400 mil contos), a pagar em diamantes presumivelmente obtidos na Lunda.

Ao mesmo tempo que reteve os diamantes, a UNITA fez explodir as instalações e equipamentos de alguns dos centros extractores. As informações chegadas a Lisboa davam conta de que alguns desses centros ficaram praticamente destruídos, sendo necessário largos meses para retomar o trabalho.

A ocupação de largas zonas da Lunda-Norte por forças da UNITA levou muitos trabalhadores estrangeiros — sobretudo portugueses e brasileiros — a regressarem aos seus países.

Em Lucapa, capital da Lunda-Norte, opera a SPE, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, que também tem a seu cargo diversas actividades na área da segurança da região. No Cafunfo (um dos principais centros diamantíferos de Angola, que mereceu uma reportagem no último número de revista norte-americana «Newsweek»), trabalha a firma brasileira Odebrecht.

J.P.C.

UM ANTIGO responsável pela polícia política angolana, Henrique Santos, mais conhecido pelo seu nome de guerra, Onambwê, foi ferido nos combates em Luanda. Artigos publicados na imprensa portuguesa e angolana, incluindo no semanário “Correio da Semana”, dirigido por João Melo, candidato a deputado pelo MPLA, têm vindo a divulgar repetidas acusações segundo as quais Onambwê participou directamente na tortura e assassinato de opositores do regime. Outros responsáveis da extinta Direcção de Informação e Segurança de Angola, DISA, acusados de terem cometido excessos idênticos, foram posteriormente presos e pouco depois libertados; Onambwê caiu na hierarquia do partido e aparelho de Estado, tornou-se numa daquelas pessoas a quem ninguém aperta a mão, mas nunca foi incomodado.

Agora ressurge, subitamente, ao lado dos grupos de civis armados que durante três dias ocuparam as ruas de Luanda, combatendo contra soldados da UNITA mas também massacrando cidadãos sem defesa, pilhando casas e prendendo dirigentes das pequenas organizações da oposição; diante deste facto há questões impossíveis de iludir: até onde foi a intervenção do Ministério da Segurança de Estado, MINSE, neste processo? E a quem aproveitava?

A morte dos principais militares e dirigentes da UNITA apenas serve para “renamizar” o movimento. A organização de Jonas Savimbi tem-se caracterizado, até hoje, por uma razoável coerência interna, conhecendo-se poucos casos de actuação independente dos seus grupos de guerrilha. Ao matar homens como Jeremias Chitunda ou Amos Chilingutilla, o MPLA está a perder interlocutores sensatos e a deixar sem comando centenas de guerrilheiros. E, sobretudo, está a cortar as últimas pontes com o povo ovimbundu.

O Huambo parece em estado de choque após a tempestade que devastou Luanda. Natália Jamba, professora primária, irmã de Almerindo Jaka Jamba, o responsável da UNITA pela área da educação, disse ao PÚBLICO que o povo ainda não compreendeu bem o que se passou: “Aqui também houve tiros. Começaram às 14h30 de quinta-feira e pararam às 17 horas de sexta-feira. Mas foram tiros entre militares”. Natália teme pela sorte do marido, dois filhos e um irmão, ausentes em Luanda. Mas receia sobretudo os tempos que estão para vir: “As notícias que temos é que, em Luanda, delinquentes armados estão a matar as pessoas do Sul. Agora isto está calmo, o governo controla a cidade e não há problemas, mas a qualquer momento as coisas podem re-bentar!”.

O povo ovimbundu votou maciçamente na UNITA. Muita gente ficou traumatizada com as acusações de Miguel N’Zau Puna e Tony da Costa Fernandes, pondo em causa a direcção de Savimbi, mas quando chegou o “dia do dedo sujo” todos votaram na UNITA. O que isto significa é que o movimento de Jonas Savimbi não assenta em ideias e por isso pode sobreviver sem cabeça. O corpo — milhões de pessoas, o maior grupo étnico do país — esse é que não pode ser facilmente exterminado.

Há no MPLA quem nunca tenha visto com bons olhos o difícil processo de pacificação e democratização. Talvez nesses meios se vivam momentos de euforia, pois o poder parece agora definitivamente seguro. Mas se a UNITA perder a cabeça, isto é, se se transformar numa RENAMO à escala de Angola, então para que serve o poder? ■

O 31º dia

GUSTAVO COSTA correspondente em LUANDA

SÃO DEZASSETE horas de sábado. Nuvens cinzentas irrompem pelo céu nas imediações do aeroporto. Por alguns instantes fica por saber se o ribombar dos obuses que se ouve um pouco por toda a cidade não será um novo rebentamento de um paiol da Força Aérea angolana. Ou aquilo a que a ironia dos angolanos dá para designar como uma nova «sessão de fogo de artifício». A intensidade dos rebentamentos incandescende por momentos o bom humor dos luandenses. Na baixa de Luanda, línguas de fogo rasgam os céus de uma extremidade a outra, entre o Comando-Geral da Polícia e o hotel Turismo onde deflagram as primeiras confrontações armadas entre soldados da UNITA e agentes da ordem pública.

Trinta e um dias e 18 horas de «paz armada», que mediaram a realização das primeiras eleições e o eclodir da maior crise político-militar no processo de paz em Angola, era quanto durava até então a angústia e paciência de uns e a arrogância de outros. Um telefonema para uma das residências do bairro Cassenda, situado defronte do terminal de carga do aeroporto, desfaz todos os equívocos: «As coisas aqui começaram a sério com fortes rebentamentos de RPG-7.»

Por momentos, chegou-se a pensar que os habitantes daquele bairro veriam reeditada a tragédia que 15 horas antes vitimara sete pessoas, entre as quais três portugueses. «Será que estamos perante o eclodir de uma terceira guerra?» interrogava-se, atônito, um velho funcionário dos serviços de alfândega do aeroporto. Sexta-feira, diante dos ecrãs da televisão, o general Ben-Ben, chefe do Estado Maior das FALA, deixava estarecidos os telespectadores com uma declaração assombrosa: «Os portugueses estavam armados, provocaram-nos e nós tivemos de nos defender.» «Nada mais mórbido» comentava, chocado, Adriano Moreira, um velho português que há mais de 40 anos vive em Angola e que nunca pensou «ver tanta falta de escrúpulos e de honestidade na política como agora aqui». Mas os indícios de uma terceira guerra não começavam propriamente aqui e agora com as sucessivas tentativas de assalto ao aeroporto de Luanda pelos soldados da UNITA. Começaram, na verdade, um mês antes, quando a organização de Jonas Savimbi começou a pôr em causa o resultado das eleições sob o pretexto de que

havam sido «fraudulentas».

Seguiu-se então um cortejo de acusações que, começando com promessas de «fuzilamento de polícias face às suas macaquices», como frisara, 15 dias antes, Elias Salupeto, o chefe da delegação da UNITA na CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), haveriam de culminar com ameaças de morte à representante do Secretário-Geral das Nações Unidas em Angola, Margaret Anseet. A manhã de sábado apresentava já um aspecto incendiário. Temeroso era Lukoki Alfredo, que abandonara nesse dia o hotel Trópico, depois de ter visto o director-geral das eleições, Onofre dos Santos, dias antes, fazer o mesmo ante a entrada maciça de armamento naquele local.

LUANDA NEM SE-QUER despertara com remela nos olhos. Pura e simplesmente não tinha chegado a adormecer, como se estivesse a adivinhar o que umas horas depois haveria de acontecer. De Lisboa e outras capitais europeias começavam a chegar telefonemas preocupantes. As entradas que davam acesso a diversas zonas estavam barricadas. A entrada para o supermercado Pão de Açúcar, que não abrisse as suas portas ao público como era habitual, estava vedada. A paisagem das ruas da capital era desoladora. No interior do Marçal, bairro operário, Sambizanga e outros subúrbios, havia maior segurança do que nas zonas urbanas. Polícias e cidadãos à civil armados asseguravam a ordem e protecção das populações. Nas imediações do aeroporto, na zona do Cassenda, por volta das 14h00, a 20 metros das suas instalações, fora montada uma barreira.

João Abel, um rapaz de 25 anos, de arma a tiracolo, afirmava: «Depois do que aconteceu na madrugada de quinta-feira para sexta, não voltaremos a dar baldas aos maninhos». Um posto de controlo vai vistoriando as viaturas que pretendem passar a «frenteira» para o bairro Rocha Pinto, na estrada que liga Luanda ao Futungo de Belas. «Podemos passar?» — pergunta Alves António, candongueiro, que tem o dia «estragado» com a restrição de circulação de viaturas imposta pela polícia face à ten-

tativa da UNITA de realizar uma marcha da paz na capital, entretanto interdita pelo governo provincial devido ao clima de tensão que então se vivia. Com um ar rústico, Ambrósio Lukamba, que esteve 12 anos nas FAPLA, virase para o taxista e exige-lhe primeiro a abertura do porta-bagagens. Observada esta, ordena: «Podes passar, mas deves ir devagar porque isto hoje aqui vai rebentar.»

No Alvalade, um dos bairros dos dirigentes, o pavor não era menor. Não se via vivalma nas ruas. «Aqui temos de manter uma séria vigilância porque eles (a UNITA) vão querer investir contra alguns responsáveis do partido e do Governo que moram aqui», justificava um dos guardas de um dos oficiais gerais das FAA (Forças Armadas de Angola, unificadas) que ali habita. Em diversos lares, a interrogação era comum: «Isto vai mesmo começar hoje?» Ninguém tinha a certeza, embora o tom das últimas intervenções dos responsáveis do Governo e da UNITA levasse a concluir que muito dificilmente seria possível controlar os ânimos. Salupeto Pena, na sua derradeira aparição em público, reafirmara ameaças à comunicação social local que faziam antever um desfecho dramático para o último fim-de-semana. Higino Carneiro, general das novas Forças Armadas, na última sessão da CCPM fizera uma veemente advertência à UNITA no sentido de libertar «incondicionalmente os três oficiais superiores das FAA» que a organização de Jonas Savimbi havia feito prisioneiros no Huambo.

ESTAVA TUDO em banho-maria com a água em ebulição. «Atingimos os limites da paciência», declarava um coronel das ex-FAPLA na reserva acabadinho de ser remobilizado para engrossar as fileiras das forças que estavam ao serviço do Governo. Ao princípio da noite de sábado, a situação, sem fugir ao controlo das autoridades, já era dominada por grupos de civis que investiam, com toda a fúria, contra tudo quanto era instalações da UNITA. Por toda a cidade foram-se ouvindo obuses e morteiradas que

escavacavam residências, delegações e prédios onde se haviam alojado os homens de Jonas Savimbi.

Os receios de uma investida em massa de «comandos especialmente treinados e armados para somatizar o país e reduzir a pó Luanda» foram, aos poucos, sendo desmistificados pela violenta reacção da população que «tinha o nó na garganta depois de tantos actos de intimidação praticados pelos soldados da UNITA». Na Coreia, um bairro nascido nos anos 50 por altura da guerra naquela península asiática, situado na zona de Santa Bárbara, a população reduzira a pó o comité-piloto da UNITA. À mesma hora, na marginal, entre mariscos e meia dúzia de cervejas, reunia-se um grupo de amigos cujo casal visitante, diante dos tiros que cruzavam os ares da baía de Luanda, acabou por ser hóspede forçado de Maria Alexandra e Pedro Miguel. «Antes isso do que arriscarem ir para casa e levar um tiro» — dizia Celestina Morgado, sogra deste último. Conformados com a situação, no Bairro Azul, pai e filhos, entregam-se a uma maratona de 24 horas a jogar póquer e lerva, enquanto contemplam o assobiar das balas tracejantes que rompiam a zona, em direcção a um dos comités-piloto da UNITA situado nas imediações. De madrugada, dois BTR, pintados de azul e remotorizados, afocinham-se no largo do cinema Tivoli. Três homens fazem o reconhecimento da situação. Cinco minutos depois inicia-se o fogo cerrado de metrelhadora que rompe com a primeira barreira da UNITA. Ao lado, as madres da Igreja das Carmelitas rezam, abençoando para o «papadromo» onde João Paulo II, há pouco menos de um ano, celebrou a missa da paz.

Do hotel Turismo, bolas de fumo ensombravam a baixa de Luanda. Forte tiroteio das forças policiais, auxiliadas por helicópteros, acabariam por destruir o hotel e desalojar os homens de Jonas Savimbi que, entretanto, refugiados na cave, haveriam de se render às forças governamentais. Melhor sorte não tiveram os soldados da UNITA localizados no bairro do Cruzeiro que, em manifestação de desespero, acabariam por se refugiar no cemitério do Alto das Cruzes, provocando a profanação de uma série de jazigos resultante das investidas feitas pelas forças policiais que, à queima-roupa, dizimaram tudo quanto ainda ali tinha vida. Do Miramar, uma das zonas mais fortemente patrulhadas pelos sol-

A morte de Bicesse

dados da UNITA que haviam montado um cordão de segurança para a protecção de Jonas Savimbi, partiu ingloriamente a coluna de viaturas transportando parte da direcção dos rebeldes. A fuga fora precipitada pela ofensiva das forças policiais e de helicópteros da Força Aérea, que destruíram literalmente a residência do líder da UNITA, pondo em fuga descontrolada para as barrotas do eixo viário centenas de soldados que eram recebidos à queima-roupa por soldados governamentais entricheirados a partir das instalações do Ministério do Interior.

PARA A GENERALIDADE dos angolanos da capital, os episódios do último fim-de-semana acabaram por nem serem surpreendentes. A existência de dois exércitos fez depender sempre o futuro deste país do poder da espingarda. Para alguns duros do regime, «*tinha de ser assim*». A opinião nem por isso deixa de ser consensual em muitos círculos, face à falta de visão e de

estratégia da UNITA. Diversos observadores ocidentais reconhecem que a organização de Jonas Savimbi, apesar do forte aparato bélico exibido, acabou por subestimar a capacidade de intervenção do Governo, ao mesmo tempo que revelou estar militarmente muito mal preparada. «*Não conheciam Luanda, e isso nós confirmamos quando começaram a fugir em debandada, além de que nunca acreditaram na capacidade de reacção da população*», explica um sociólogo.

Passada a tempestade, ao fim da tarde de domingo, um silêncio de aves mortas acalentava algumas zonas da capital. Tiros e rebentamentos esporádicos não deixavam, no entanto, de infundir um sentimento de medo entre a população, sobretudo depois de a polícia ter recomendado pela rádio e televisão que «*ninguém circulasse pela cidade até ordens em contrário*». Segunda-feira, a situação estava praticamente controlada pelas forças policiais. Joselito Afonso, 28 anos, era um jovem feliz. Desertor das FAPLA durante a guerra, alistara-se agora voluntariamente para participar na defesa daquilo que é, para o MPLA, uma fortaleza inexpugnável: o bairro de Sambizanga, onde, há 50 anos, nasceu o Presidente Eduardo dos Santos. Do outro lado, era a desolação e o desânimo. Na baixa de Luan-

NADA mudou em Angola. A UNITA demonstrou manter o comportamento da organização de guerrilha que sempre foi. O MPLA provou que continua a ser o partido estalinista do passado. Os trágicos acontecimentos do último fim-de-semana deram-nos sobre o processo angolano uma perspectiva de que ainda não nos apercebêramos.

Começamos pelo sinistro telejornal da TPA (Televisão Popular de Angola) relatando os incidentes, que a RTP transmitiu em directo no domingo. É impossível falar em democracia e em livre exercício do direito de voto enquanto o partido no poder praticar desta forma o monopólio dos meios de comunicação social.

Continuemos pela posse das armas. A unificação dos exércitos foi promessa vã, e mesmo dentro das chamadas Forças Armadas de Angola os fios partidários nunca se romperam. Votar com tantas espingardas apontadas, prontas a disparar após o escrutínio, não constitui certamente um exemplo saudável de liberdade de escolha.

Finalizemos pelas culpas. Consoante as simpatias, a responsabilidade dos acontecimentos tem sido atribuída ora ao MPLA ora à UNITA. Mas é discutir o sexo dos anjos. O processo enrodilhou-se de tal forma que ninguém tem já as mãos limpas de sangue.

A UNITA, por exemplo, pode ter razões de insatisfação pela forma de que se revestiu o acto eleitoral, mas não possui legitimidade para se revoltar depois de ter

aceitado todas as regras deste jogo viciado.

CHOCANTE e inaceitável é, em todo o caso, o modo «*expedito*» como o MPLA quis resolver o assunto. A chacina do fim-de-semana revestiu a forma de uma operação executada a sangue-frio para decapitar a oposição. Membros da ex-polícia política do Governo de Angola estiveram na primeira linha das operações de aniquilamento da direcção da UNITA.

Argumentam membros do Executivo português que as autoridades angolanas se limitaram a reagir a sucessivas provocações do partido adversário e que, no fogo dos combates, era impossível distinguir entre quem era ou não dirigente. Mas dessa maneira não se explica nem a dimensão e o requinte da matança nem o facto de os políticos adversários (cuja identidade não era desconhecida dos seus sitiados) terem sido colocados perante a alternativa de ser morto ou fugir.

Na verdade, esta é uma repetição quase a papel químico de anteriores massacres levados a cabo pelo MPLA contra os seus opositores, onde nada houve de espontâneo.

A democracia em África não se ensina num ano. Os promotores dos acordos de Bicesse ignoraram esse facto. Apesar de toda a sua boa vontade, verifica-se agora que se tratou de um processo precipitado e incompleto. Tudo terá de recomeçar, mas as esperanças são agora muito menores. Até porque Bicesse morreu nas ruas de Luanda há uma semana.

J.V.

da, um dos mais aprazíveis hotéis da cidade estava transformado num esqueleto de edifício que a pilhagem popular se encarregou de encomendar novo concurso público para a reconstrução. Vergados pela humilhação, mais de meio milhar de soldados das FALA acabariam por ser feitos prisioneiros. «*Sempre previmos que, com a arrogância da UNITA, isso iria acabar desta forma*», vai dizendo Serafim Joaquim, natural do Bié, veterano de guerra que, depois de ter participado na «*expulsão*» da UNITA de Luanda, em 1975, não perdoa à organização de Jonas Savimbi pelos «*estragos*» que fez agora no Huambo, onde residem os seus pais.

O saque e a pilhagem tomavam de assalto, entretanto, a cidade. Centenas de cadáveres jaziam pelas ruas de Luanda, terça-feira, enquanto os «*gregos*», como são conhecidos os grupos de margi-

nais que asseguraram a defesa dos bairros suburbanos de Luanda, se encarregavam de saquear os bens encontrados nas instalações e residências de alguns dirigentes da UNITA. «*Nunca vi na minha vida um homem carregar sozinho uma arca*», espantava-se um francês, que prepara as malas para abalar definitivamente de Angola. «*Comprei esta máquina de filmar por 100 mil novos kuanzas a um polícia que a retirou do hotel Turismo*» — confessava um engenheiro da Petrangol.

AOMEIO DA TARDE de terça-feira já eram poucos os dispafoís isolados. A rádio combinava o «*slow*» com o ritmo estonteante da música angolana e latino-americana. Os luandenses faziam às antigas instalações da UNITA «*uma peregrinação turística*» por entre os

destroços, o luto e a dor, urgente da maior prova de fogo a que jamais fora submetida depois da independência. Nos hospitais, não havia nem mãos nem meios para estancar o desespero daqueles que no estertor de um fundamentalismo cego, estavam a um passo da morte. Três altos dirigentes da UNITA (o vice-presidente Jeremias Chitunda, Salupeto Pena e Abel Chivukuvuku) eram dados como mortos. Dezenas de outros responsáveis entregavam-se às autoridades. O recolher obrigatório, entretanto decretado segunda-feira, era alargado das 21 para as 19 horas. Era o fim trágico do trigésimo primeiro dia do mês de Outubro. Um mês depois de realizadas as primeiras eleições em Angola...

A maior operação pós-25 de Abril

PÚBLICO

SABADO, 7 NOVEMBRO 1992

ATÉ AO meio dia de hoje tinham chegado a Portugal dois mil portugueses, repatriados de Angola. Na estimativa dos responsáveis pelo plano de emergência, haverá que repatriar mais um milhar de pessoas de entre os 40 mil titulares de passaporte portugueses. Segundo os mesmos responsáveis, esta é a maior operação militar, com objectivo humanitário, desde 25 de Abril.

A primeira reunião para elaborar um plano de repatriamento de emergência relativo a Angola foi realizada no dia seis de Outubro. Era a reunião do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, presidida pelo ministro da Defesa por delegação do primeiro-ministro.

As eleições tinham-se concretizado em 29 e 30 de Setembro. No dia 18 de Outubro foram divulgados os resultados oficiais e já havia mortes em Angola. Em 30 de Outubro, sexta-feira, era activada a primeira fase do plano de emergência, com a instalação das chamadas células permanentes de resposta no Ministério da Defesa, Gabinete do primeiro-ministro, Gabinete do secretário de Estado Durão Barroso. Ao mesmo tempo era activado um comando Operacional das Forças Armadas (COFAR) entregue ao general Alvarenga, do Estado-Maior da Força Aérea. Aos Serviços de Informações Militares coube a tarefa de recolher dados suficientes que permitissem tomar a decisão de activar o plano.

O primeiro dispositivo de apoio à operação foi montado em São Tomé, com a deslocação de três C-130 e um helicóptero. Para a mesma região foi enviada a fragata Vasco da Gama, com um grupo especial de fuzileiros a bordo, além da guarnição regular. Dificuldades logísticas (de recepção de refugiados e, principalmente, reabastecimento de combustíveis) obrigaram a transferência da plataforma de apoio de terra para Brazzaville, na República Popular do Congo. Segundo o adjunto do ministro da Defesa, as autoridades do congolesas "prestaram inestimável apoio à Força Aérea Portuguesa".

Hoje e amanhã a FAP vai executar outra missão de apoio humanitário. Cabe-lhe entregar em Angola, usando a plataforma de Brazzaville, três toneladas e meia de medicamentos e equipamento médico-cirúrgico cedido pela Comunidade Europeia. E o ciclo

da guerra. Armas, violência e fome primeiro e a "solidariedade" depois.

Em grande plano está certamente a Esquadra de C-130 e os grupos de pára-quedistas que lhe prestam segurança. Na quarta-feira fizeram o milagre. O tiroteio ainda não tinha acabado em Benguela e Catumbela quando o avião da FAP tocou a "incómoda" pista, recolhendo 150 civis no espaço de 23 minutos. Acção de recolha de relativa facilidade com pessoal militar, mas mais complicada quando se trata de embarcar mulheres e crianças.

Diz-se na Divisão de Operações do EMGFA que "a coordenação dos três núcleos — São Tomé, Brazzaville, Luanda — tem sido perfeita. Curiosamente, o oficial de Estado-Maior que coordena a operação em Luanda é um dos coronéis da FAP que requereu a passagem à reserva. No esforço militar global, fora do território nacional, a operação mobilizou 32 tripulantes dos C-130 e helicóptero, 15 elementos de comunicações e manutenção de material aéreo e terrestre e um destacamento da Brigada Leveira de Pára-quedistas, do ramo FAP.

A Armada tem aplicada a fragata com uma guarnição de 170 elementos e o grupo especial de Fuzileiros (nove elementos) e ainda uma equipa médico-cirúrgica de três cirurgiões e três enfermeiros. O Exército também enviou uma equipa médica.

O volume de custos da operação só será avaliado quando aquela terminar. Sabem-se que o navio Vasco da Gama custa 1.200 contos a navegar por dia e que a hora de voo do C-1430 custa 540 contos e já estão gastas cerca de 100 horas. Há depois que contabilizar o fretamento de aeronaves da TAP.

O presidente do Conselho de Administração da companhia aérea tem agora um sólido argumento para defender a continuidade de uma transportadora de bandeira, ainda mais quando também ele entrou de prevenção, ao mesmo tempo que as unidades militares que iam ser envolvidas na operação. Monteiro de Lemos assistia ao jogo de futebol entre o Sporting e Benfica quando elementos do MDN o foram buscar ao estádio para integrar a TAP no plano operacional. ■

César Camacho

Luanda revisitada

7

António Matos e Luís Vasconcelos (fotos),
em Luanda

PÚBLICO

SABADO, 7 NOVEMBRO 1992

N o edifício onde a UNITA instalara o seu secretário-geral, por detrás da igreja de São Paulo, crianças brincam agora aos polícias e ladrões. Na varanda do primeiro andar — em cujos mastros foram hasteadas bandeiras do MPLA, partido no poder —, umas simulavam disparar contra as que, cá em baixo, corriam descalças sobre vidros e cápsulas de balas, esgueirando-se para uma entrada outrora reservada aos mais altos dirigentes do partido de Jonas Savimbi. A parede, metralhada e manchada pelo incêndio, denuncia um interior devassado, onde os sinais do bombardeamento e da pilhagem popular se confundem. "Ocupado em 2-11-92", alguém escreveu a vermelho, abaixo de um pequeno autocolante com a efígie de José Eduardo dos Santos.

Este cenário repete-se um pouco por toda a cidade — nos hotéis, comités-piloto e residências dos principais dirigentes da UNITA. Uma cidade que em apenas uma semana ficou meticulosamente limpa dos cartazes e bandeiras evocativos do movimento do Galo Negro, mas ainda suja e carregada de cheiros nauseabundos.

Aparentemente indiferentes a tudo, parecendo terem perdido a capacidade de se preocuparem, vencendo os medos, os angolanos depressa voltam às suas rotinas. Na ilha, uma longa fila de carros forma-se até às 19h00, meia-hora antes do recolher obrigatório: os luanenses não podem passar muito tempo sem saborear o churrasco de galinha e os "pinchos" (uma espetada de carnes pouco fiáveis mas saborosas) característicos do mercado dos "trapalhões". Nos passeios, as banqueiras do povo, que vivem dos pequenos diferenciais na troca das notas verdes por kuanzas, voltam a agitar maços de dólares. Nos mercados já há alguma agitação e até há quem diga que reabriram mais abastecidos — com o produto dos contentores desviados do porto, aproveitando a confusão.

Durante a tarde, populares falam ainda de cadáveres pelas ruas e vielas dos musseques. Um ofereceu-se à reportagem do PÚBLICO para ir mostrar um bairro onde corpos em decomposição ainda não foram removidos. No Sambizanga, porém, o mais que se encontra é a carcaça de um carro blindado (talvez

um Mercedes), incessantemente rodeado por dezenas de pessoas. Garantem que é o que resta do carro onde seguia Salupeto Pena, dirigente da UNITA, quando foi morto. Alguns ainda apontam para o fumo que sai de uma extensa lixeira e garantem terem sido ali queimados vários cadáveres. O único sinal são as moscas, abundantes.

Nos últimos dias, a onda de "voyeurismo" que se seguiu ao primeiro silêncio das armas levou os angolanos e os estrangeiros a verdadeiras peregrinações. Outro carro ontem muito procurado era um Toyota em que se admite tenha sido morto o general "Ben-Ben", comandante supremo do exército da UNITA.

Em frente da embaixada do Brasil, no Bairro do Miramar, um homem branco, com aspecto próspero, filma em vários ângulos o que sobra da viatura. Está carbonizada, parece ter sido esmagada pelas lagartas de um tanque e diz-se no local que vários cadáveres permaneceram ali desde domingo até quinta-feira.

Quando foram removidos os corpos carbonizados, cresceram os rumores de que um deles seria do general Arlindo Pena "Ben-Ben", sobrinho de Savimbi. Mais difícil aos "voyeurs", é ver em pormenor o que aconteceu à casa que o líder da UNITA habitou naquele mesmo bairro: Vigiada por três "ninjas", aos curiosos apenas é permitido abrandar a marcha e olhar através das grades, antes fechadas pela vegetação.

A parede mais visível está crivada de balas. A desordem é total nos recintos contíguos.

E tudo o que se pode ver de relance. Lá dentro, porém, o cheiro de um cadáver em putrefacção, só quinta-feira removido (ali os combates foram no domingo à noite), é quase asfixiante. Dois projecteis tipo RPG-7, não utilizados, voltam a confundir-se com as consequências da pilhagem e dos disparos. Não são visíveis sinais de bombardeamento.

As sangrentas 48 horas do fim-de-semana passado não alteraram só a paisagem política. A eliminação física de alguns altos dirigentes da UNITA, a detenção de outros, e a presumível fuga de alguns que terão saído de Luanda, não foram a única consequência de uma batalha que alguns tinham por inevitável.

tão grande era a concentração de forças de uma e outra partes na capital, tal era o clima de tensão desde que o partido de Jonas Savimbi recusou os resultados eleitorais.

A morte saiu à rua de forma esmagadora. Quase toda a cidade terá sido apanhada desprevenida pelos confrontos, quase toda a gente se manteve fechada em casa durante três ou quatro dias. Reavivou-se a triste recordação das privações dos anos de guerra. Ontem, todas as conversas giravam em torno do pouco que se comeu e se dormiu nesses dias. Os mais destemidos, esses meteram mãos à obra e saquearam os principais armazéns abastecedores de Luanda — da Cartermar à Soares da Costa.

Mas há aqueles que em qualquer tempo sofrem sempre, como o mutilado que à tarde fazia um apelo, mais lancinante para quem acabava de chegar de Lisboa: "Dá-me qualquer coisa para comer, que não comi nada nestes dias da crise. Dá-me, que eu até que podia ter morrido". ■

Durão diz que Acordos de Bicesse são "a única tábua de salvação" Angola precisa do MPLA e da UNITA

A ACTUAL situação em Angola deve-se ao "desrespeito pela letra dos acordos de paz" e "só no quadro dos acordos" é possível vislumbrar uma situação para a crise, afirmou ontem Durão Barroso durante uma conferência de imprensa em que falou sobre a "ansiedade" com que o Governo acompanha a situação.

Sem esconder o desejo de que a sua mensagem chegasse a território angolano, o secretário de Estado português disse que "Angola não pode passar sem o MPLA, que ganhou as eleições, mas também não pode passar sem a UNITA". A ideia de um Governo de reconciliação nacional — uma hipótese que, segundo o próprio Durão Barroso, foi recomendada pelos observadores internacionais ainda antes da conclusão do processo eleitoral — continua válida, portanto.

Durão Barroso evitou responsabilizar directamente qual-

quer das partes pelo que se passa em Angola, mas a sua lista de factos que "era fundamental não terem acontecido" leva directamente ao movimento de Jonas Savimbi: desrespeito pelos resultados eleitorais, ocupação de certas zonas do país, abandono das FAA...

Perante a insistência dos jornalistas, o representante do Governo português citou ainda algumas falhas do processo de paz. Referiu que o Governo angolano e a UNITA sempre se opuseram à introdução do voto por maioria na CCPM e à indicação de um presidente, dois elementos que poderiam contribuir para evitar a sua paralisia dessa instituição-chave dos acordos de paz e afirmou que a desmilitarização, uma "tarefa muito difícil" que cabia à UNAVEM, "não foi possível". "Partiu-se do princípio da boa-fé das partes", resumiu o secretário de Estado da Cooperação e figura central dos acordos de Bicesse,

com uma indistigável expressão de frustração.

Para além disso, Durão Barroso dividiu-se entre a tentativa de demonstrar alguma esperança no "reatamento do diálogo político" entre as partes em conflito e as felicitações às diversas instâncias envolvidas na busca de uma solução pacífica para a crise. Se essa solução não for encontrada, disse Durão Barroso, estaremos perante "uma oportunidade criminosamente desperdiçada".

Os agradecimentos estenderam-se ao "papel construtivo" das Nações Unidas, da África do Sul, dos EUA. O secretário de Estado português disse ter tido um contacto telefónico com o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, e anunciou para "breve" um novo comunicado da administração dos EUA sobre a situação em Angola. ■

Joaquim Trigo de Negreiros

A odisseia de Chivukuvuku, por ele próprio

ESTAVA em casa, quando tudo começou. Procurou abrigo na residência de Savimbi. Passou o domingo num "quartinho aberto". Fugiu com o vice-presidente Chitunda. Ao fim de 300 metros, tiros furaram os pneus da viatura. Arrastou-se para uma casa. Escondeu-se debaixo de uma cama. Um polícia reconheceu-o, salvando-o do linchamento. Diz que é mentira ser autor de um plano de tomada de poder. E que a saída para a crise "é o quadro negocial". Testemunho impressionante o do secretário para as relações externas da UNITA, Abel Chivukuvuku, recolhido por Luísa Ribeiro, correspondente da Lusa em Luanda, na cama do hospital-prisão onde o dirigente aguarda uma segunda intervenção cirúrgica às pernas. Montagem das suas declarações:

"Com toda a sinceridade, nunca pensei que pudessemos chegar a um nível de escaramuças tipo guerra. (...) Um tio tinha dito [a Carlos Morgado, médico pessoal de Savimbi] que o governo decidira correr com a UNITA de Luanda durante o sábado e domingo, porque o presidente da República ia fazer um discurso na segunda-feira. (...) Apesar de se ter generalizado um bocão no sábado, mesmo assim fiquei convencido de que era uma coisa que depois se podia parar, sobretudo porque havia o contacto Governo-UNITA"

"Salupeto Pena [representante da UNITA na CCPM] e França N'Dalu [representante do Governo] mantiveram contactos via rádio. Um dizia: 'Eu não estou a mandar as tropas. Ao que o outro respondia com a mesma frase. Não se entendia bem'."

"Durante a tarde houve alguns telefonemas do doutor Savimbi [para a sua casa de Luanda, onde já se tinham refugiados Chitunda, Salupeto, Chivukuvuku e o general "Ben-Ben"]. Queria contactar o secretário-geral da ONU e Durão Barroso, para ver se conseguia acalmar a situação. (...) Herman Cohen telefonou três vezes para a residência [a saber se queriam salvo-condutos para fugir]. Chitunda disse que não. O problema não era 'safe-passage' para os dirigentes, mas acalmar a situação em todo o país, de forma a garantir que se retomassem as negociações".

"[No domingo, N'Dalu diz] que o governo não estava na ofensiva. Mas isso criou mais desconfiança em Salupeto, que dizia: 'Eh pá, os tanques estão aqui perto, as bombas estão a cair, como é que vocês não estão na ofensiva? Vejam lá isso', ao que N'Dalu respondeu: 'OK, vamos ver se acalmamos'. (...) Nessa altura telefonou o embaixador português António Monteiro, dizendo-se intermediário de uma de uma proposta de N'Dalu para suspender os combates em Luanda mediante a suspensão dos confrontos em todo o país. Portanto, era a contrapartida. Isso aborreceu um bocão Salupeto, porque N'Dalu dizia que não estava na ofensiva. [Ao receber nova chamada de Monteiro, Salupeto recusou-se a falar-lhe, pois a proposta exigiria horas de contactos] Entretanto aqui as pessoas vão morrendo".

"(...) Ainda voltei a sugerir que fôssemos para o 'compound' dos americanos. Chitunda disse que não. Para ele isso era humilhação. Era preferível tentar safar-se, se fosse possível. [Fugimos em dois carros, um deles com escolta] mas não fizemos mais do que 300 metros e começou o tiroteio [tendo sido furados os pneus]. Chitunda morreu nessa altura e o motorista foi tentar avançar até ser atingido. Rastejei até uma cova onde havia gente, deitada no chão. Um dos guarda-costas de Chitunda também rastejou e assim que chegou ao sítio onde eu estava suicidou-se com um tiro [que alertou as pessoas]. Alguns gritavam 'Mata, mata, mata o 'Kuacha' [designação para os guerrilheiros da UNITA]. Rastejei para debaixo de uma cama, para outro quarto. Estava convencido de que de qualquer das maneiras me iam matar".

"[Depois de dizer quem era] veio um agente da polícia, que disse: 'então vamos ver se você é mesmo o Chivukuvuku'. Mandaram então buscar uma lanterna e alumiamam, e o agente ordenou: 'Esse é o Chivukuvuku, não façam nada'".

"Não acredito [que o Governo tenha encontrado planos para o derrube do poder pela força, assinados por si próprio e por Salupeto Pena]. Isso não é verdade. Em Angola, uma coisa é simples: não é possível nem o MPLA destruir a UNITA, nem a UNITA destruir o MPLA. É preciso encontrarmos formas de um certo equilíbrio, é essa a única saída. (...) Se houvesse um pouco mais de justiça, um bocão mais de transparência [nas eleições] talvez as coisas teriam sido diferentes".

Do golpe de Praga ao golpe de Luanda

9

José Manuel Fernandes

PÚBLICO

DOMINGO, 8 NOVEMBRO 1992

1. Praga, últimos dias de Fevereiro de 1948. Com implacável frieza, os dirigentes comunistas afastam do governo de coligação os seus parceiros num movimento concertado que levaria ao fim do regime parlamentar e seria acompanhado pelo "levantamento" popular de operários armados que, por todo o país, perseguiram e prenderam os dirigentes dos partidos "burgueses". Estes eram acusados de sedição e de actos violentos, apesar de aparentemente apenas se terem tentado defender dentro das suas sedes.

Estes acontecimentos, inspirados e apoiados pelo então todo-poderoso senhor do Kremlin, José Estaline, ficaram para a História como o "golpe de Praga", paradigma do golpe estalinista, marco na ruptura entre a esquerda democrática e a esquerda comunista, a partir de então claramente identificada como não respeitadora das regras do jogo numa democracia parlamentar. Mais tarde, o modelo de Praga seria reproduzido em muitos países, e o pretexto de "intentionas" para forçar verdadeiros golpes de Estado foi sendo utilizado com perícia. Até nós portugueses temos experiência de como um pretenso "golpe" reacção se podia tornar depois num mais real "golpe" revolucionário.

2. Luanda, primeiros dias de Novembro de 1992. Um mês depois das primeiras eleições livres, ano e meio depois de José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi terem assinado, em Lisboa, os acordos de paz angolanos, assiste-se a uma espantosa caça ao homem. A pretexto de que a UNITA estaria a preparar um golpe de Estado, a polícia e civis armados assaltam as sedes da organização, os hotéis e residências onde vivem os seus mais destacados militantes e matam dois dos seus principais dirigentes. Todos estes acontecimentos decorrem numa altura em que, em Luanda, apenas restam dois jornalistas ocidentais realmente independentes (os enviados da SIC e da RTP), para além de alguns correspondentes há muito habituados a conviver com o MPLA. No final da primeira semana de Novembro, quando finalmente as fronteiras se reabrem e novos jornalistas chegam a Luanda, os dias de violência parecem ter passado. Entretanto a UNITA, movimento cujo presidente obteve nas urnas mais de 40 por cento dos votos dos angolanos, perdeu os seus principais quadros, que estão mortos ou presos (eufemisticamente, diz-se que estão "sob custódia").

3. Há um mês atrás quem, como nós, observava de longe o processo eleitoral angolano, quase sempre preferia um cenário de vitória eleitoral do MPLA. Visto de longe este movimento parecia convertido às virtudes da democracia, sinceramente empenhado em aderir à própria Internacional Socialista, e era dirigido por um José Eduardo dos Santos que inspirava, graças ao seu porte ocidentalizado, alguma confiança. Da UNITA, em contrapartida, temia-se o seu radicalismo e tribalismo, receava-se a imprevisibilidade de um Savimbi carismático e que aparecia em público de pistola no coldre. As notícias de execuções na Jamba tornavam um cenário de subida ao poder do movimento ainda mais temido.

Há duas semanas atrás a recusa da UNITA em acatar os resultados eleitorais parecia dar razão a esses medos. Savimbi,

afinal, não aceitava a derrota, no fundo não aceitava a democracia.

4. Durante toda esta fase, o líder do movimento que, ao longo de 15 anos, resistiu à ditadura do MPLA foi perdendo pontos entre as opiniões públicas ocidentais. Os angolanos, dizia-se, teriam afinal preferido escolher os "ladroes" derrotando os "assassinos". Entre dois males, teriam sensatamente escolhido o menor. Depois, quando Savimbi anunciou que haveria segunda volta, houve até quem achasse que, se tinha ocorrido manipulação dos resultados, ela teria afinal "roubado" a vitória imediata a Eduardo dos Santos para, dando uma segunda oportunidade a Savimbi, evitar a sua chantagem de guerra. Por isso tudo não faltou quem, em Portugal, tivesse rejubilado com as primeiras notícias dos combates em Luanda e suspirado pela execução do próprio Savimbi, a "fonte do mal".

5. No entanto, a pouco e pouco, apesar de filtradas e dispersas, as notícias que nos foram chegando de Luanda permitiram construir um quadro bem diverso. Não obstante nunca termos estado em Angola, vimos, ouvimos e lemos coisas que não pudemos ignorar. Como noutros tempos. Houve elementos que nos levaram a descobrir que afinal o tal papel de "assassinos" e "ladroes" aparecia trocado.

Se não vejamos:

— o nosso primeiro sinal de alerta foi-nos dado por um noticiário da televisão angolana retransmitido pelas televisões portuguesas. Foi difícil acreditar no que vimos. E o que vimos foi uma operação de intoxicação e propaganda como só imaginávamos possível num órgão de informação de um Estado totalitário. Se as eleições angolanas se disputaram com telejornais idênticos àquele, então não foram realmente eleições livres. Custa até a compreender como pôde a oposição angolana aceitar disputá-las nessas condições;

— depois percebemos que, se o acto eleitoral decorreu de forma que impede falar-se de "burla generalizada", a ocorrência indesmentível de algumas irregularidades alimentou o desnorte de uma UNITA que as primeiras previsões diziam ter recolhido uma votação ridiculamente baixa. De facto, a divulgação de uma "contagem paralela" sempre constituiu um dos mistérios do processo eleitoral angolano. Em Luanda os repórteres do PÚBLICO puderam confirmar que essa "contagem paralela", que divulgava resultados muito desfavoráveis para a UNITA, era directamente orquestrada, na Rádio Nacional de Angola, pelo ministro da Informação do Governo do MPLA. As vantagens dessa orquestração não eram evidentes há um mês. Agora são: a divulgação desses resultados "parciais" mais favoráveis ao MPLA criou a ideia, na opinião pública, de uma vitória mais esmagadora do que tinha sido na realidade e, entre os militantes da UNITA, alicerceou a convicção de que teria havido burla, enervando-os e empurrando-os para acções desesperadas. Dessas acções haveria por certo de surgir um pretexto que permitisse um maior isolamento da UNITA;

— finalmente ouvimos, na SIC, uma entrevista com o embaixador Rui Mingas e foi então que tivemos a sensação clara de termos recuado aos tempos do golpe de Praga. As acções desconexas da UNITA

passaram a ser uma "tentativa de golpe de Estado". Os bandos armados de civis que tinham espalhado o terror por Luanda e protagonizado a caça ao homem eram afinal o "povo em armas" contra o "império do mal". O assassinato dos mais altos responsáveis do principal partido da oposição — e representantes deste na mesa das negociações — nem merecia um pestanejar de olhos. As imagens, mostradas na televisão, dos cadáveres desses dirigentes, evidentemente mortos a sangue-frio, com o pé de um anónimo "justiceiro" sobre o seu ventre ensanguentado, também não pareciam incomodar Mingas. Para o embaixador, os assaltos aos hotéis onde estavam os dirigentes da UNITA para os prender eram apresentados como acções destinadas a colocá-los sob protecção do Governo angolano.

6. A UNITA cometeu, neste processo, erros dramáticos. Pensou que venceria facilmente uma eleição que afinal era mais renhida. Deixou que a revelação de execuções na Jamba tivesse mais relevo que o longo cortejo de execuções realizadas em Luanda durante os anos da guerra. Desprezou o impacto de órgãos de informação não independentes. Deixou-se descontrolar quando as primeiras previsões lhe davam resultados humilhantes. Envolveu-se em acções armadas de provocação em vários pontos de Angola. Mostrou um duvidoso respeito pelas regras do jogo democrático e, de facto, ainda não cumpriu integralmente a sua parte dos acordos de Bicesse. Muito provavelmente está a proceder, nas zonas que controla, a operações de "caça ao homem" em tudo idênticas às que ocorreram em Luanda.

Mas neste momento a UNITA e Savimbi, que representam o maior partido da oposição, que recolheram mais de 40 por cento dos votos, que incarnam as aspirações da maior etnia angolana, a dos ovibundos, estão acossados. Os seus dirigentes — deputados eleitos — foram assassinados e os seus militantes continuam a ser perseguidos. Sob o pretexto de que planearia um golpe (onde foi que já ouvimos este argumento?), a UNITA está ser dizimada. E foi o "pacífico" José Eduardo dos Santos que, alegadamente temendo a ameaça desse golpe, rejeitou no sábado, quando tudo começou, ofertas de cessar-fogo e deixou os seus "ninjas" — uma polícia de choque, fortemente armada, criada depois e à revelia dos acordos de Bicesse — partir à perseguição não só dos militantes da UNITA, como de dirigentes de outras pequenas formações da oposição.

7. Por tudo isso, muitos dos que em finais de Setembro teriam provavelmente votado na eleição de Eduardo dos Santos, muitos dos que em meados de Outubro se irritavam com a recusa suicida da UNITA em aceitar os resultados eleitorais, sentem que hoje é urgente salvar o que resta do movimento de Jonas Savimbi. Não haverá democracia em Angola (e consequentemente não haverá democracia na África do Sul ou em Moçambique) se forem liquidados os que representam quase metade do povo angolano. Mesmo recusando o tribalismo da UNITA e o primarismo carismático de Savimbi, a verdade é que a UNITA — a luta da UNITA — volta a ser necessária para que haja democracia e paz em Angola. O que infelizmente é cada vez menos provável que aconteça. ■

Luanda regressa ao passado

Dos nossos enviados
António Matos
e Luís Vanconcelos (fotos),
em Luanda

PÚBLICO DOMINGO, 8 NOVEMBRO 1992

Em Luanda respira-se agora uma imensa sensação de "dejá vu". Não há UNITA, não há partidos, tudo é (quase) como dantes. Inseguros, os estrangeiros continuam a partir, como os trabalhadores do Hotel Méridien. Outros, porém, juntaram-se aos angolanos, rendidos às delícias de um belo dia de praia.

Luanda voltou a ser a bolsa de segurança dos tempos da guerra civil, onde as pessoas aparentemente vivem sem preocupações, policiadas, alheias ao que se passa em redor. Vive-se o regresso ao passado, o ambiente da guerra civil de 16 anos. Que importa que no Bengo ou no Huambo, no Bié ou na Huíla, angolanos continuem a confrontar-se por uma causa que parecia ganha em Maio de 1991? Esta será a pergunta que o poder do MPLA formulou a si próprio, e a que respondeu nos confrontos de há oito dias, classificados pela imprensa oficial como "a vitória contra as forças do mal".

"Depois da tempestade a bonança", diz-nos um português, calção de banho e chinelos, rendido ao sol que ontem fez encher as praias da ilha de Luanda. Pede que seja dado para Portugal um retrato de tranquilidade em que as pessoas voltaram a viver. "Vocês só falam é de mortos e de destruição", acusa.

A verdade é que para esta gente que vive na cidade onde o poder político é preservado, os sinais da guerra estão agora mais distantes. Desapareceu da capital angolana a iminência da confrontação criada pela coabitação de dois poderes armados: nos 16 meses de paz declarada, UNITA e polícia postavam-se frente a frente um pouco por toda a cidade, num aparente medir de forças que deu no que deu.

Os riscos agora são outros, sobretudo o dos civis armados, cujo acção sem controlo na "caça às bruxas" é ainda temida. Para além de que o saldo político da decapitação da UNITA, que nunca deixou de ser um partido armado, está ainda por fazer.

O regresso ao passado não se sente apenas na ausência da

UNITA, cujos dirigentes, sob "protecção" das forças governamentais, continuam as negociações na CCPM: os generais Wambo, Mackenzie, Andrade e Tadeu, na comissão militar; Fátima Roque, Vitorino Hossi e Norberto de Castro, na comissão política. É ainda o silêncio dos outros partidos políticos, numa altura em que na CCPM se continua a falar numa segunda volta presidencial.

Enquanto isto, na sede provincial da UNITA fumegam ainda os restos mortais de um militante. O PÚBLICO foi ontem ao local, entre o largo da Maianga e o antigo liceu Salvador Correia. O interior foi devorado pelas chamas e as paredes denunciavam ter sido alvo de intenso fogo de artilharia — milimetricamente preparado, a avaliar pela escassez de impactes nas casas contíguas.

Um homem aparentando 35 anos, não escondia as emoções de dois dias de fogo intenso em redor da sua residência, separada por um muro da antiga sede política. Diz, sem pudor, que acabou de pôr "mais gasolina" numa fogueira em que ardiavam os restos mortais de um homem. "O cheiro já era insuportável", justifica. Era ainda possível perceber, debaixo de uma chapa ondulada de zinco, a forma de um crânio.

Alheios ao cenário político-militar e esquecidos da carnificina, os habitantes de Luanda regressaram às suas rotinas, embora muitos continuem a não apostar nesta tranquilidade. Os estrangeiros que trabalhavam no Hotel Presidente, da rede francesa Méridien, abandonaram o trabalho quarta-feira, deixando aos hóspedes uma carta em que explicavam as suas razões. "Um convite a que saíssemos também", ironizou um dos hóspedes. Um governante da área do turismo e hotelaria relata o episódio, concluindo ufano: "Um Méridien gerido só por angolanos!".

Paradoxalmente o hotel Tivoli — onde ontem chegou um grupo de enviados especiais da imprensa internacional retido em São Tomé, alegadamente pelas restrições impostas pelo Governo angolano à entrada de jornalista — está a funcionar quase exclusivamente com cooperantes portugueses.

Ontem, depois da afluência às praias, estavam criadas as condições para o retorno à euforia das noites de Luanda. O extenso recolher obrigatório entre as 19h30 e as 6h00, imposto terça-feira, foi levantado, e as discotecas puderam voltar a abrigar o entusiasmo dos luandenses.

"As aulas não começaram, a guerra acabou, e nós vamos aproveitar", disse ao PÚBLICO uma jovem, espreitada nas areias da ilha de Luanda entre três amigas, que planeavam o regresso ao Pandemonium, depois de saberem pela rádio do fim do recolher. Esta discoteca tinha anunciado para o sábado dos primeiros confrontos a sua reabertura, depois de "obras de redecação". ■

Governo angolano pede reforço do papel da ONU

O GOVERNO angolano está a estudar a possibilidade de transferir para as Nações Unidas algumas tarefas atribuídas pelos acordos de paz de Bicesse à CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), disseram ao PÚBLICO fontes diplomáticas angolanas.

De acordo com aquelas fontes, Luanda preconiza a prorrogação do mandato da UNAVEM — "uma UNAVEM III" que assuma também a responsabilidade pelo "desarmamento da polícia anti-motim e das forças da UNITA".

O desarmamento daqueles dois grupos militares foi considerado pelo subsecretário de Estado americano, Herman Cohen, e outras entidades, como uma condição essencial para a realização da segunda volta das eleições presidenciais em Angola, assim como para o sucesso de qualquer iniciativa de paz e reconciliação nacional duradouras.

A UNAVEM III (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola) não tem poderes de intervenção, nomeadamente porque, a pedido expresso de Luanda, o Conselho de Segurança limitou o grupo chefiado por Margaret Anstee à "observação e fiscalização" da aplicação dos acordos de paz. Posteriormente as nações Unidas foram acusadas de "passividade".

Devido à gravidade dos acontecimentos recentes, e até face aos riscos implícitos numa tentativa de desarmamento da UNITA pelas forças do governo, Luanda admite um papel mais activo para a ONU, no seu país. "Não devemos ser nós a desarmar-nos a nós próprios nem a desarmar a UNITA. Pensamos que isso deve ser feito pelas Nações Unidas", disse um diplomata angolano.

A proposta de Luanda, ainda em fase de estudo, ainda não chegou ao Departamento de Estado, onde fontes oficiais afirmam que "vale a pena estudar o assunto e ver se é isso que as partes querem".

Um alto funcionário daquele departamento reafirmou, entretanto, o apoio dos EUA à missão do subsecretário-geral das Nações Unidas, Marrack Goulding, que se encontra em Angola a tentar negociar um

cumprimento de um cessar fogo e o seu alargamento a todo o país. [Goulding encontrou-se ontem, no Futungo de Belas com o Presidente José Eduardo dos Santos, tendo frisado, no fim, que que era necessário "encontrar uma solução global" e que desejava conversar com Jonas Savimbi o mais rapidamente possível].

Washington admite, no entanto, tomar uma posição mais activa na busca de soluções para o conflito político-militar em Angola, segundo disseram ao PÚBLICO altos funcionários da administração Bush. Apesar de se manter, por agora, a posição de que a ONU deve liderar os esforços de solução da presente crise, estão em estudo apelos da UNITA e do governo angolano, a uma mais activa intervenção dos EUA.

"Armas não são para Angola"

Entretanto, um alto funcionário da administração Bush disse ao PÚBLICO que as armas transportadas por um americano atacadado recentemente nos Açores não se destinam a Angola nem à UNITA.

Notícias que circulavam no final da semana passada admitiam essa possibilidade, mas, de acordo com a fonte do PÚBLICO, "o Governo português foi informado de que as armas a bordo do navio foram adquiridas legalmente por um país europeu a quem serão entregues".

A fonte acrescentou que os Estados Unidos suspenderam a assistência militar à UNITA em 1991 e mantêm a promessa de não apoiar militarmente qualquer parte do conflito angolano. Aliás as últimas declarações do Departamento de Estado acerca da situação em Angola provocaram a irritação da UNITA por se referirem aos "civis aparentemente armados pela polícia que cometem actos indisciplinados". A UNITA exigia a utilização de uma linguagem mais dura. ■

Bill Morris
em Washington

Quinta-feira, 12 de novembro de 1992

Governo desafia a Unita e cancela eleições em Angola

ASCÂNIO SELEME
Enviado especial

de ontem, Goulding reuniu no acampamento da ONU os embaixadores dos EUA, Inglaterra e da Rússia para que, juntos, encontrem uma saída negociada para a crise angolana.

LUANDA — O Governo de Angola já considera definitivo o resultado da eleição presidencial em setembro. Em comunicado divulgado ontem pelo rádio, o MPLA informou que o novo Governo será formado segundo os resultados do primeiro turno.

O comunicado, veiculado em comemoração ao 17º aniversário da independência do país, pode complicar as negociações de paz encaminhadas pela ONU, pois a legislação eleitoral exige a realização de um segundo turno entre o atual presidente José Eduardo dos Santos (MPLA) e Jonas Savimbi (Unita).

O subsecretário da ONU para operações de Paz, Marrack Goulding, que na noite de terça-feira conversou por três horas e meia com Savimbi, deve se reunir na manhã de hoje com o presidente José Eduardo dos Santos. O resultado da reunião com Savimbi, realizada na cidade de Huambo, não foi divulgado pela ONU, que hoje apresenta uma declaração oficial sobre o estágio das negociações. Ainda na noite

O Governo do MPLA, contudo, reiterou ontem sua disposição de não atender ao apelo por uma administração compartilhada com a Unita. O vice-ministro do Interior, Fernando Dias Nandó, apresentou documentos que, segundo ele, comprovam as intenções golpistas da Unita: cartas enviadas para Savimbi por dirigentes da Unita, apreendidas por forças do MPLA durante os combates em Luanda.

Em uma dessas cartas, o responsável pelas negociações internacionais da Unita, Abel Chivukuvuku, disse que somente a demonstração de força após a desmoralização das eleições poderia manter a Unita na condução do processo político.

O ministro Fernando Dias Nandó acusou a África do Sul de auxiliar a Unita na preparação do golpe, ressaltando que a estratégia era inviabilizar a estrutura de comunicações em Luanda e, em seguida, eliminar as principais lideranças do MPLA.

Embaixador de Angola acusa comunicação social

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 9 NOVEMBRO 1992

O EMBAIXADOR de Angola em Lisboa, Rui Mingas, acusou a comunicação social portuguesa de estar a desenvolver uma "campanha de intoxicação" da opinião pública a propósito dos dramáticos acontecimentos de Luanda, com previsíveis consequências negativas no relacionamento bilateral.

"Se esta campanha de intoxicação continuar, quando os portugueses quiserem voltar a Angola não encontram sequer a porta do quintal aberta, porque está tudo ocupado por empresários de outros países", disse Mingas, sexta-feira à noite, no Porto, durante um frente-a-frente com empresários, intelectuais e dirigentes políticos portugueses, organizado pela Rádio Nova. A uma questão colocada por um estudante de Direito, o diplomata precisou o que, em seu entender, devia ser a actuação dos meios de comunicação portugueses: "Muitas vezes, escrever a verdade sobre Angola é estar de acordo com o MPLA".

Pouco pressionado pela plateia (o advogado António Vilar, observador do processo eleitoral a convite da UNITA, foi a excepção), Rui Mingas repetiu a versão governamental dos acontecimentos e anunciou para os próximos dias notícia pormenorizada sobre

o alegado plano de Jonas Savimbi para tomar o poder pela força, operação que designou como uma "coisa tremenda, macabra".

Neste quadro, Rui Mingas avalizou a violenta resposta policial e popular que vitimou altos quadros da UNITA ("O respeito pela soberania impôs-se da forma mais severa possível", "Foram eles que fizeram a asneira"), considerando-a produto da "afirmação guerreira" do povo angolano. "As imagens comoventes de um povo pacífico e reconciliado que em Setembro escolheu o voto como arma da paz, sucederam-se imagens de afirmação guerreira desse mesmo povo, quando foi necessário fazer face à iniquidade, ao abuso e à ameaça de pôr em causa aquilo que com tanto sacrifício conquistara", afirmou o embaixador angolano, reconhecendo, no entanto, que os populares "também cometeram desmandos".

Defendeu, por outro lado, a tese do desequilíbrio psicológico de Jonas Savimbi — "O seu comportamento, convenhamos, é por demais estranho" — e pronunciou-se contra a existência, no actual contexto político, de delegações da UNITA em Portugal, situação que não considera "legal". ■

Fernando Marques

PÚBLICO

SÁBADO, 7 NOVEMBRO 1992

... mas Savimbi não se rende

É O QUE diz o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, "Pik" Botha, citando a conversa que teve há dois dias com o líder da UNITA. Botha falava aos jornalistas que, com ele, aguardaram na base militar de Waterkloof, nos arredores de Pretória, a chegada de dois aviões sul-africanos com 295 passageiros (23 dos quais portugueses) de 14 nacionalidades a bordo. O correspondente da Lusa, António Mateus, ouviu o ministro sul-africano dizer que Savimbi lhe jurou que não se renderá seja em que circunstâncias for. Numa entrevista a uma estação de televisão Botha acrescentaria: "Quanto mais o ameaçarem, como agora no Caxito, mais ele destruirá pontes, barragens, e instalações." ■

Mandaram-lhes duas cartas

O MPLA escreveu a Bush, a UNITA acrescentou na sua carta um segundo destinatário — o recém-eleito Presidente Clinton. O Governo angolano gostava que o Presidente cessante exortasse pessoalmente Savimbi "não só a comprometer-se a ser democrata como os EUA e Angola esperavam, mas a agir como tal", e defende a desmobilização de todas as tropas. A UNITA pede "aos Presidentes Bush e Clinton" que "salvem o resto da população que não foi ainda atingida [pelos confrontos da última semana]" e a Clinton, em particular, que "faça tudo para concluir e consolidar a democracia em Angola", onde, nos últimos acontecimentos, morreram "15 mil pessoas". ■

PÚBLICO

SÁBADO, 7 NOVEMBRO 1992

ONU senta MPLA e UNITA à mesa

ENQUANTO PROSSEGUIAM contactos secretíssimos entre o general NDalu, em Luanda, e Savimbi, alguns no seu refúgio do planalto central, generais da UNITA e do MPLA, sob os auspícios da UNAVEM II, tiveram encontros apazados para quinta e sexta-feira na cidade do Caxito, capital da província do Bengo, ainda ocupada pelas forças de Jonas Savimbi. A reunião de quinta-feira falhou, e a de sexta-feira foi sendo adiada, depois de correspondentes terem posto a circular a informação de que dela saíra um acordo de cessar-fogo na província, para as zero horas de hoje, e a promessa de que tentariam estendê-lo ao resto do país. O envio para Luanda de um subsecretário-geral das Nações Unidas, o britânico Marrack Goulding, cuja primeira missão será a de conseguir uma trégua efectiva, mostra a medida da preocupação que a organização dedica neste momento ao assunto e o caminho que Butros-Ghali e o Conselho de Segurança parecem dispostos a seguir. Goulding é o encarregado das missões de paz no mundo, isto é, do envio de forças de interposição entre beligerantes, os chamados "capacetes azuis". ■

"Ben-Ben" (também) morto...

DERAM-NO COMO em fuga de Luanda. Que se refugiara nos arredores da capital, dizia-se depois. O general Arlindo Chenda Pena "Ben-Ben" está morto, afinal. O seu corpo foi encontrado carbonizado próximo de Luanda, na carcaça de um carro incendiado. Sobrinho de Savimbi — como Salupeto Pena (também morto) —, chefe do estado-maior da guerrilha e general de muitas guerras, "Ben-Ben" vai ser difícil de substituir, numa estrutura militar em que Numa, Dembo e "Book" parecem constituir um trio com liberdade de movimentos.

Oito milhões de eleitores

PÚBLICO

SABADO, 7 NOVEMBRO 1992

MOÇAMBIQUE terá mais de oito milhões de cidadãos, maiores de 18 anos, aptos a participar nas primeiras eleições presidenciais e legislativas pluralistas, previstas para o fim de 1993 (mas que segundo alguns cépticos poderão vir a ter de ser adiadadas para 94) — revelam estatísticas ontem divulgadas ao PÚBLICO pela embaixada daquele país em Lisboa.

Dos 8.185.300 potenciais eleitores, quase 40 por cento vivem nas províncias de Nampula e da Zambézia, precisamente aquelas onde ao longo do último mês tem havido uma nítida movimentação militar, apesar do cessar-fogo que em Outubro entrou em vigor.

A população projectada para a capital e para as 10 províncias de Moçambique, uma a uma, com base no recenseamento de 1980, leva automaticamente à ideia de que quem assegurar o controlo de Nampula e da Zambézia terá grandes condições para se apresentar com fortes trunfos nas eleições gerais.

Alguns observadores estrangeiros têm notado que na cidade de Maputo e até noutras localidades da província do mesmo nome, no extremo Sul do país, a Frelimo — e designadamente o seu Presidente, Joaquim Chissano — é muito mais popular do que a Renamo. Mas a esse fenómeno haverá que contrapor o peso eleitoral que o movimento de Afonso Dhlakama muito bem poderá vir a conseguir em zonas de Nampula, da Zambézia, de Tete, de Sofala e de Manica, que são das mais populosas do vasto Moçambique. É, assim, a diferença entre um e outro lado não seria tão grande quanto à primeira vista se poderia pensar.

Comissões formadas

Enquanto as duas partes fundamentais do processo político moçambicano assim começam a contar o número dos seus eleitores potenciais, estão já constituídas três das comissões previstas para aplicação do Acordo Geral de Paz assinado em 4 de Outubro: a de cessar-fogo (CCF), a de reintegração (Core) e a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM).

Na primeira, Portugal está representado pelo primeiro secretário da embaixada em Maputo, Neves Ferreira, e pelo respectivo adido militar, coronel Braz da Costa.

Os outros países que ali se sentam ao lado do Governo moçambicano e da Renamo são França, Grã-Bretanha, Itália,

Estados Unidos, Botswana, Nigéria e Egipto.

Na Comissão de Reintegração económica e social dos militares desmobilizados (Core), presidida pelas Nações Unidas, Portugal também está representado, bem como aqueles quatro primeiros países, sendo os restantes África do Sul, Noruega, Espanha, Finlândia, Alemanha, Suécia e Dinamarca.

Quanto à CCFADM, conta — além das duas partes moçambicanas — com Portugal, França e Grã-Bretanha, havendo Lisboa e Londres manifestado particular empenho no processo de formação das novas Forças Armadas, que têm 30.000 homens e serão constituídas em partes iguais por elementos da Frelimo e da Renamo.

Primeiro relatório

O representante especial da ONU em Moçambique, Aldo Ajello, vai nos próximos dias a Nova York apresentar o seu primeiro relatório ao secretário-geral Butros Ghali.

O Governo e a Renamo notificaram as Nações Unidas de que já houve oito violações do cessar-fogo entrado em vigor no dia 15 de Outubro, designadamente nas províncias de Nampula e da Zambézia. E, por outro lado, Ajello negou — ao contrário do que foi quinta-feira noticiado em Harare — ter pedido ao Presidente Robert Mugabe que as forças zimbabueanas abrandem o ritmo da sua retirada de Moçambique, onde protegem os “corredores” da Beira e do Limpopo.

Enquanto isto, o boletim noticioso mediaFAX relatou ontem que soldados da Frelimo e da Renamo têm vindo a confraternizar no Sul do país, oferecendo os primeiros farinha, feijão e ervilhas em troca de caça.

O serviço em causa voltou a referir uma velha tónica da comunicação social de Maputo, e que Afonso Dhlakama considera propaganda: muitos dos elementos que se dizem afectos à Renamo não têm mais de 14 anos; e nem sequer falam português, mas antes línguas nacionais moçambicanas, como o ndau, da zona de Manica e Sofala.

No dia 4 de Outubro, em Roma, Chissano e Dhlakama comprometeram-se a tudo fazerem para se conseguir a reconciliação, depois de quase 16 anos de guerra civil. Mas há nítidos atrasos na separação das forças de um e outro lado, na sua concentração em locais de acantonamento e nos preparativos da desmobilização. ■

Jorge Heitor

A ONU solicitou ao Zimbabwe que mantivesse os seus 5000 soldados em Moçambique até Fevereiro do próximo ano, em vez de iniciar a retirada já este mês como previa o acordo de cessar-fogo assinado pelo Governo de Maputo e pela Renamo, revelou ontem um responsável governamental em Harare. O pedido foi feito por Aldo Ajello, representante especial de Butros-Ghali em Moçambique, alegando que a ONU ainda não conseguiu recrutar monitores suficientes para garantir a segurança dos “corredores” que as tropas do Zimbabwe vigiam desde há dois anos. Entretanto, a publicação “Mediafax” revelou que a ONU vai disponibilizar 12 milhões de dólares para assistir, nos próximos três meses, ao processo de repatriamento de 300 mil moçambicanos refugiados nos países vizinhos, como o Malawi, o Zimbabwe, a África do Sul e a Suazilândia. ■

PÚBLICO

SABADO, 7 NOVEMBRO 1992

Diálogo na África do Sul

OS ESTADOS UNIDOS disseram ontem ver com preocupação a actual situação na África do Sul e pediram um rápido reatamento das conversações constitucionais suspensas há cinco meses. A Secretaria de Estado observou que desde que foi interrompida a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa) a violência política aumentou, especialmente na província do Natal, e a situação económica continuou a agravar-se. Por seu turno, o ministro sul-africano da Lei e da Ordem, Hernus Kriel, pediu uma reunião urgente entre o ANC e o Inkatha, a fim de se acabar com a violência que o mês passado matou 185 pessoas naquela província e que matou muitas das esperanças que no início deste ano existiam quanto à normalização da vida na África do Sul. ■

PÚBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 9 NOVEMBRO 1992

Morte na África do Sul

PELO MENOS 14 pessoas foram assassinadas nas cidades negras da África do Sul — disseram ontem a polícia e a rádio daquele país, referindo incidentes ocorridos nas províncias do Natal e do Transvaal. Cinco dessas pessoas foram mortas a tiro em Umbumbulu, no Natal, quando desconhecidos abriram fogo de espingardas de assalto AK-47 contra um automóvel em que viajavam, vindas de um funeral. Mais de 3000 pessoas já foram mortas nos últimos 12 meses em lutas travadas nas cidades negras, essencialmente entre os partidários do Inkatha e os do Congresso Nacional Africano. ■

Governo cabo-verdiano suspende “Voz di Povo”

PÚBLICO

6 NOVEMBRO 1992

O GOVERNO de Cabo Verde decidiu, ontem, suspender temporariamente a publicação do trisemanário “Voz di Povo”, a fim de proceder a uma “remodelação profunda e urgente” deste órgão estatal. A decisão surge na sequência da crise que se instalou no jornal com o pedido de demissão do jornalista Luís Carvalho, que há seis meses ali vinha exercendo a chefia da redacção.

Luís Carvalho pediu a sua demissão há três semanas,

após um incidente em que o director do “Voz di Povo”, Osvaldo Azevedo, também demissionário, mandou suspender a edição de um número que transcrevia uma entrevista do médico Adelino Manças, preso pela UNITA na Jamba durante vários anos, à revista “Sábado”.

Apesar das tentativas para encontrar um novo chefe de redacção entre os jornalistas, nenhuma surtiu efeito. A difícil situação financeira e administra-

tiva em que encontra o “Voz di Povo”, agravada com as pressões políticas a que constantemente está sujeito, levam-nos a rejeitar o cargo.

Preocupante é, também, a situação dos demais órgãos que compõem a comunicação social estatal em Cabo Verde. Na televisão, por exemplo, que está sem director há cerca de três meses, a gestão tem sido assegurada por uma comissão, havendo quem defenda idêntica solução para o “Voz di Povo”. A sua privatização ou simples extinção são outras das soluções encaradas, facto que deixa os trabalhadores apreensivos, apesar de o Governo já ter garantido que os seus interesses não serão afectados.

A crise em que progressivamente tem vindo a mergulhar a comunicação social do Estado levou o próprio chefe do Governo, Carlos Veiga, a assumir, há três meses, a tarefa de resolver os problemas do sector, para o que promoveu várias reuniões com jornalistas. Apesar dos diagnósticos feitos, ainda nada se fez de concreto no sentido de pôr cobro ao descontentamento generalizado da sociedade cabo-verdiana com o sector. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia